



X Congresso
Interno da
Fiocruz

2021

Documento de Referência

Desenvolvimento sustentável com
equidade, saúde e democracia:
a Fiocruz e os desafios para o
SUS e a saúde global

Versão final pós CD 25/11/2021

APRESENTAÇÃO

A realização do IX Congresso Interno da Fiocruz se dará em meio a um dos períodos mais importantes da história mundial recente e da vida institucional. A pandemia de Covid-19 é o grande marco que inaugura o século 21. Caracterizada como uma sindemia, a interação entre a Covid-19 e uma série de outras doenças e agravos em um contexto de profunda desigualdade social tem gerado danos superiores à coexistência das doenças. Desde a gripe espanhola no início do século 20 o mundo não vivia uma ameaça global por doença de tamanha proporção.

A Covid-19 não apenas evidenciou as contradições e a vulnerabilidade do atual modelo de desenvolvimento como contribuiu para aprofundar ainda mais as desigualdades. Durante a pandemia, 5,2 milhões de pessoas se tornaram milionários (+ 10%, aumento de 4% da riqueza na pandemia); indivíduos com riqueza superior a US\$ 1 milhão aumentaram a participação na riqueza global de 35% para 46% desde 2000 (Credit Suisse). No Brasil, o grupo 1% mais rico da população aumentou sua fatia de participação em 3%, atingindo a impressionante marca de 50% da riqueza. Enquanto isso, observa-se em todo o mundo o aumento da pobreza e da fome. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), só em 2020 estima-se que 115 milhões de pessoas foram empurradas para a situação de pobreza extrema, número que pode crescer para 150 milhões até o fim de 2021. Após décadas de declínio, a desnutrição vem aumentando no mundo, desde 2015. Contra um dos objetivos de desenvolvimento sustentável de 2030, a perspectiva de um mundo sem pessoas subnutridas neste período é um grande desafio.

No plano sanitário, observou-se a dificuldade de implantação de uma ideia de solidariedade e equidade entre os povos para o acesso às vacinas. A proposta da Covax Facility ainda não produziu os efeitos esperados e observa-se grande iniquidade no acesso às vacinas. Até julho de 2021, mais de 3,5 bilhões de vacinas haviam sido distribuídas globalmente. Entretanto, mais de 75% delas foram para apenas dez países, segundo a Organização Mundial da Saúde. Em junho de 2021, 1,1 bilhão de doses foram produzidas no mundo; os países africanos receberam 1,4%. Já os países mais pobres do mundo receberam apenas 0,2% das vacinas. Diferentemente do que se imaginava inicialmente, o mundo não dá sinais de que sairá mais solidário da pandemia.

No Brasil, a emergência sanitária se soma e alimenta um contexto de crise econômica, política, ambiental e humanitária. Além das quase 600 mil vidas perdidas para a Covid-19, o Brasil voltou ao mapa mundial da fome: quase 40% das famílias sofrem de insegurança alimentar, o desemprego atingiu recorde em 2021 - alcançou 14,8 milhões de brasileiros - e 34 milhões de pessoas trabalham na informalidade. Problemas ambientais se agravam, com recordes de desmatamento e crise hídrica. O ambiente político é de turbulência entre os poderes e na federação.

Por todo o exposto, o lema proposto para este Congresso é **Desenvolvimento sustentável com equidade, saúde e democracia: a Fiocruz e os desafios para o SUS e a saúde global.**

Desenvolvimento com equidade tenta sintetizar uma perspectiva em que a dignidade humana, a justiça social e a preservação do ambiente estão no centro das preocupações do desenvolvimento. Tal perspectiva é indissociável da democracia que, mais do que nunca, precisa ser defendida diante de ameaças de ruptura não compatíveis com os anseios da sociedade. A saúde transformou-se num elemento da geopolítica e, portanto, não é possível pensar o desenvolvimento sem um olhar sobre os movimentos que ocorrem globalmente e que interferem sobremaneira no ambiente interno.

O Sistema Único de Saúde (SUS) e a Fiocruz demonstraram seu valor para a sociedade durante a epidemia de Covid-19. O reconhecimento público do papel destas duas instituições no enfrentamento da pandemia, juntamente com outras, precisa transcender a conjuntura e passar a incorporar o projeto de reconstrução do país onde a saúde, efetivamente, seja um direito de todos e onde a ciência, a tecnologia e a inovação sejam consideradas bens públicos de máxima relevância.

Apesar do ambiente turbulento, ou justamente em função dele, é necessário olhar para frente e pensar o caminho para um futuro melhor. E para a Fiocruz este caminho passa necessariamente por ciência, saúde e educação.

Que com esse espírito de construção do futuro nos reunamos mais uma vez neste momento especial da democracia institucional e façamos do IX Congresso Interno um espaço de reflexão, debate e construção de compromissos com a população brasileira.

Após debate pré-congressual da proposta do Conselho Deliberativo para o IX Congresso Interno, as teses e diretrizes foram sistematizadas neste documento, que será apreciado na Plenária e nos grupos, nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2021.

Nísia Trindade Lima

Presidente

CARTA À SOCIEDADE

O Brasil precisa construir um projeto de futuro, uma esperança assentada na realidade em que vivemos e com base na ciência. É premente que nosso presente seja dinamizado e impregnado da vontade e da ação para a construção de uma sociedade desenvolvida, sustentável, equânime e democrática.

Em meio a uma das mais graves e complexas crises que já assolaram o país, de múltiplas dimensões articuladas (econômica, política, social, ambiental, sanitária e humanitária), o IX Congresso Interno da Fiocruz, instância máxima de definição dos rumos institucionais, lança-se neste desafio, com a ousadia de olhar para frente e apresentar propostas institucionais para, em articulação com outros atores sociais, construir um país melhor, orientado pela ideia de garantir vida digna a todas as brasileiras e brasileiros.

Para tanto, deve-se enfrentar os problemas histórico-estruturais que caracterizam nossa sociedade – os legados do passado escravagista e colonial, as profundas desigualdades sociais e uma inserção internacional que expressa as imensas assimetrias do capitalismo global na distribuição da riqueza e no acesso ao progresso técnico e ao bem-estar – e rever o modelo de desenvolvimento vigente no país, de caráter concentrador de renda, excludente e não sustentável social e ambientalmente. Um novo modelo de desenvolvimento deve ter a justiça social, a democracia e a preservação do ambiente como finalidades e a saúde, a ciência, tecnologia e inovação e a educação como elementos basilares.

Por isso, a Fiocruz, mais uma vez, se soma aos movimentos de defesa do Sistema Único de Saúde, compreendendo o mesmo como parte de um sistema de proteção social mais abrangente. Não haverá desenvolvimento sustentável, justiça e equidade sem direito universal à saúde.

A Fiocruz defende que investimentos em ciência, tecnologia e inovação são bases para o desenvolvimento e para uma inserção internacional soberana. Nesse sentido, assume o compromisso de ampliar seu potencial de gerar novos conhecimentos, serviços e produtos, a partir de uma agenda científica alinhada aos desafios da sociedade e do Sistema Único de Saúde e convergente com as características das imensas transformações tecnológicas em curso.

Além disso, como instituição do Estado brasileiro que assume posição de ator global estratégico no campo da saúde, a Fiocruz defende uma agenda internacional que viabilize uma cooperação global movida pela solidariedade, que reduza as assimetrias globais de domínio e acesso às tecnologias, produtos e serviços em saúde, e não pela disputa, pelo isolamento e pela luta geopolítica decorrentes de interesses fragmentados, como revelado pelo atual contexto pandêmico.

Na construção desse futuro de desenvolvimento sustentável, com justiça social e vida digna, afirma-se a democracia como um valor universal. Por isso, a Fiocruz se soma, no cenário nacional, a outros atores – organizações públicas, privadas e sociedade civil organizada – na busca por um ambiente social que privilegie o diálogo, a escuta mútua e a participação popular nos processos decisórios. De sua parte, a instituição se mantém permanentemente disponível para esse debate, não apenas viabilizando o acesso amplo à sua produção científica, mas fundamentalmente recebendo as demandas dos diferentes grupos sociais, e posicionando-se como partícipe de processos de construção coletiva de políticas públicas.

Fiocruz é SUS. É equidade e inclusão. É ciência. É desenvolvimento sustentável. É democracia. Vamos construir juntos!

SUMÁRIO

1. METODOLOGIA E DINÂMICA DO IX CONGRESSO INTERNO	6
2. CONTEXTO EXTERNO	9
3. CONTEXTO INSTITUCIONAL	21
4. QUESTÕES ESTRATÉGICAS	29
5. TESES E DIRETRIZES	30
5.1 - TESE 1.....	30
5.2 - TESE 2.....	33
5.3 - TESE 3.....	36
5.4 - TESE 4.....	39
5.5 - TESE 5.....	41
5.6 - TESE 6.....	44
5.7 - TESE 7.....	47
5.8 - TESE 8.....	50
5.9 - TESE 9.....	52

1. METODOLOGIA E DINÂMICA DO IX CONGRESSO INTERNO

O Conselho Deliberativo aprovou as seguintes diretrizes quanto ao seu conteúdo do IX Congresso Interno:

- Ter reforçado o seu caráter político e propositivo, com um olhar voltado para os principais desafios colocados pela conjuntura, que aponta sérias ameaças às políticas de proteção social e ao futuro da ciência, da tecnologia e da inovação e, consequentemente, à soberania do país.
- Três temas são centrais nesta perspectiva: a defesa do SUS como um sistema de saúde público universal; a defesa de um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde e o papel da Fiocruz na construção de um caminho para o desenvolvimento com justiça social.
- A partir dessas três ideias gerais, deve-se identificar as principais questões do plano interno que são cruciais para o desenvolvimento da Fiocruz do futuro.
- Também deve-se reforçar o caráter transversal e integrador dos temas, e não segmentações programáticas que favorecem discussões isoladas. A reflexão programática deve decorrer da análise de questões gerais que norteiam as estratégias da Fiocruz.
- Quanto à dinâmica do Congresso, foram aprovadas as seguintes diretrizes pelo Conselho Deliberativo:
 - Adoção do modelo de apresentação de teses a partir das principais questões identificadas como críticas para o desenvolvimento institucional e para a construção da Fiocruz do futuro. O documento objeto de deliberação está organizado na forma de teses, sendo que todos os demais elementos necessários ou úteis à discussão são apresentados em termos de referência, textos para discussão e outros.
 - Promover inovações nos mecanismos de participação, o que é largamente favorecido pelas tecnologias de informação e comunicação. Deve-se estimular que todos os trabalhadores se envolvam de alguma maneira em pelo menos alguma fase do processo.
 - A utilização de outros instrumentos, como consultas públicas, fóruns virtuais e debates abertos, utilização de ferramentas colaborativas para construção coletiva de textos, entre outros, foram utilizados.
 - A participação da sociedade civil organizada e do controle social do SUS deve ser garantida.
 - Deve-se buscar movimentos que estimulem uma reflexão mais integrada e transversal sobre os problemas e desafios da instituição.
 - As diversas etapas do Congresso são construídas coletivamente, sempre a partir do direcionamento da Presidência, da Comissão do Congresso e do Conselho Deliberativo.

- Na etapa pré-congresso houve debates coletivos relacionados aos desafios. Desta maneira, as contribuições aos documentos de referência não se deram apenas por unidade, mas a partir de discussões coletivas envolvendo todos os trabalhadores.
- Os documentos de subsídios para o debate estão separados do documento base de apreciação dos delegados.
- A etapa pré-congressual se deu integralmente a partir de atividades em ambientes virtuais.
- Quanto à fase congressual, o CD Fiocruz se posicionou no sentido de realizá-la presencialmente com redução do número de participantes (delegados e observadores).
- Este documento reúne as teses e diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz que foi apreciado pela comunidade Fiocruz em seus diversos espaços, mas, em particular, pelas unidades e pelas câmaras técnicas. Contribuições de coletivos e grupos específicos também foram consideradas. A Fiocruz também realizou ausculta a segmentos da sociedade com os quais possui interação mais intensa, como sociedades científicas, movimentos da sociedade civil organizada, órgãos de controle social do SUS, órgãos colegiados de gestão do SUS, como Conass e Conasems, setor industrial e da educação, entre outros. Desta forma, a Fiocruz buscou permear sua estratégia de desenvolvimento nacional às expectativas da sociedade, manifestada a partir destes diferentes segmentos.
- No início do mês de novembro, as contribuições de todas as unidades e demais segmentos foram apreciadas pela Comissão Organizadora do IX Congresso Interno e sistematizadas no documento final que irá à plenária nos dias 8, 9 e 10 de dezembro deste ano.
- No tocante à análise do documento preparatório pós-contribuições, convém destacar que a Comissão Organizadora recebeu cerca de 1.000 aportes ao texto, que envolveram desde propostas de novas teses até sugestões de novas diretrizes.
- A relatoria do pré-congresso fez importante esforço no sentido de sintetizar as contribuições encaminhadas a partir de critérios pré-estabelecidos para contribuições ao texto (ex. é vedada proposta de tese por área), bem como de taxonomia relacionada à natureza das diretrizes (ex. a diretriz não deve expressar uma ação operacional). Nesse sentido, o conceito de diretriz enquanto declaração de direção, orientação, rumo etc. foi importante elemento balizador para avaliação das diretrizes propostas.
- Ressalta-se ainda que as diretrizes e teses propostas e não incorporadas ao documento final serão objeto de desdobramento do IX Congresso Interno, como o Coletivo Gestor e os fóruns de planejamento institucionais.

A Comissão Organizadora também realizou quatro seminários, anteriormente a plenária final.

- Desafios do mundo do trabalho e a Fiocruz do futuro.
- Desafios da Saúde e a Fiocruz do futuro
- Desafios da Ciência e a Fiocruz do futuro
- Desafios da mudança climática, ambiente e a Fiocruz do futuro

Os seminários, que foram coordenados pelo Centro de Estudos Estratégicos, além de promover o debate e a reflexão em torno de temas chave para o futuro da Fiocruz, trouxeram subsídios para o aprimoramento do documento final.

Contamos com a participação de todos e todas nesta construção coletiva do futuro da nossa instituição.

Comissão Organizadora do IX Congresso Interno

2. CONTEXTO EXTERNO

A conjuntura mundial tem apresentado, nos últimos anos, importantes crises de dimensões políticas, econômicas, sociais, científico-tecnológicas, ambientais e legais. Do ponto de vista econômico, em 2008/2009, o mundo assistiu a uma grande crise global, com impactos em todas as áreas. Deste período até 2019, observou-se uma evidente desaceleração das principais economias com seus reflexos no aumento das desigualdades. Em 2020/2021, a sociedade passou a conviver com outra grave crise econômico-social de dimensões humanitárias históricas, impulsionada pela pandemia do coronavírus (Covid-19).

Ao entender a crise sanitária como uma questão geopolítica e global, devem ser consideradas, fundamentalmente, as estratégias de Estado, de entidades supraestatais (OMS, entre outras) e de grupos econômicos. Portanto, a superação da crise exigirá uma maior coordenação de economias sistemicamente importantes com políticas mais ousadas que reflitam um multilateralismo revigorado. A recuperação pós-pandemia carecerá de equidade e deixará de enfrentar os desafios do nosso tempo se não for enfrentada por uma abordagem multilateral, para garantir o aumento de investimentos com infraestrutura e ampliação da proteção social, financiada pela tributação fiscal progressiva.

Um processo de recuperação orientado para uma sociedade menos desigual requer uma cooperação multilateral com políticas públicas ousadas, visando um estado de bem-estar social para proteger vidas e fornecer meios de subsistência, com prioridade para países pobres e em conflito de modo a atenuar, entre outras questões, o fenômeno das migrações forçadas. Políticas de austeridade que comprometem a atuação do Estado na regulação da economia e do emprego, no financiamento e na implementação de políticas públicas redistributivas têm causado desemprego e aumento dos preços dos alimentos, ameaçando a vida das populações vulneráveis, já enfraquecidas financeiramente pela crise sanitária. A recuperação depende de investimento público, combinando políticas universais e estratégias direcionadas às pessoas sistematicamente excluídas por questões econômicas, religiosas, de raça/cor, etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, faixa etária, deficiência e localidade geográfica. A recuperação depende também de desenvolvimento de modelos econômicos capazes de garantir crescimento, geração e distribuição de renda e dignidade às pessoas.

Em tempos de crise sanitária, com vistas a resolver problemas urgentes, as colaborações científico-tecnológicas e produtivas são comuns, produzindo excelentes resultados, e assim parcerias em curso se consolidam e novas são estabelecidas em direção ao desenvolvimento de soluções inovadoras. Diante da pandemia de Covid-19, cientistas e administradores de várias instituições se uniram em diversos tipos de arranjo organizacional para dar respostas à sociedade. Parcerias interinstitucionais envolveram os ambientes acadêmicos, as empresas, a sociedade civil organizada, entre outros atores, na busca de soluções para o problema. Assim, destaca-se a relevância das alianças institucionais, nacionais e internacionais, para o enfrentamento desse período pandêmico e pós-pandêmico como um diferencial estratégico de ação.

Os desafios enfrentados pelos países requerem cooperação técnica e política ampla entre as nações, pelo caráter multidimensional da crise e pela transmissão ocorrer intensamente via fronteiras. Os países e organizações estabeleceram colaboração através do intercâmbio de informações e soluções mediante parcerias institucionais e intergovernamentais. Um exemplo de parceria acadêmica internacional é a IAP (InterAcademy Partnership - Parceria InterAcademia) que cria uma comunidade mundial de pesquisa para controlar a propagação do vírus da Covid-19, agindo de maneira coletiva e segundo os princípios da ciência aberta.

Conforme a Unesco, a Ciência Aberta se caracteriza como um divisor de águas para a consecução do direito humano à ciência e igualmente o preenchimento das lacunas de CT&I entre e dentre as nações. A proposta da Unesco é que o mundo alcance uma estrutura internacional para a política e prática de Ciência Aberta. Os usuários terão acesso a publicações científicas, dados de pesquisa, software, código-fonte e hardware que estão disponíveis no domínio público ou sob direitos autorais que foram liberados sob uma licença aberta que permite o compartilhamento, a reutilização, reaproveitamento, adaptação e redistribuição por outros. Com a Covid-19 a comunidade científica e as sociedades como um todo observaram que precisavam urgentemente do compartilhamento rápido de informações científicas, ou seja, de uma transição rápida para a Ciência Aberta.

No plano geopolítico, observa-se o acirramento da disputa global por hegemonia entre China e EUA. Com relação à União Europeia (UE), constata-se uma disposição de reforçar a união do bloco, com ações de política fiscal e de investimento pós-pandemia, apesar da saída do Reino Unido do bloco.

Outros fenômenos relevantes são os conflitos no Oriente Médio e o agravamento de crises político-econômicas em alguns países da América do Sul, caracterizadas pelo aumento da recessão e do desemprego, fruto de políticas de austeridade e retração da ação do Estado. Em decorrência, há intensificação de migrações, em busca de sobrevivência e de melhores oportunidades de vida. Por outro lado, registram-se importantes movimentos sociais de resistência, como as lutas antirracistas e por equidade de gênero.

Houve uma aceleração da quarta revolução industrial (ex. robótica avançada, inteligência artificial, impressão 3D, entre outras inovações), com ganhos de produtividade das organizações tecnológicas. Os dados das consultorias mostram que as instituições que estão saindo mais fortes dessa crise empregaram nos seus processos de trabalho aumentos significativos de tecnologia avançada, como a inteligência artificial e a digitalização. A produtividade nos EUA em 2020, por exemplo, atingiu níveis surpreendentemente positivos, mas com uma das maiores quedas de produção e horas trabalhadas desde a década de 40. Entretanto, foi na Ásia onde houve a maior aceleração da quarta revolução industrial. As organizações de diversos setores econômicos devem, a partir da crise, conduzir digitalmente 80% das suas interações com os usuários, apontam especialistas.

Com a Quarta Revolução Industrial, em que a ciência e o conhecimento ganham um lugar cada vez mais proeminente nos dispositivos de produção, par e passo à crise política, socioambiental e econômica vivenciada, foram acirradas as transformações adversas no mundo do trabalho e na capacidade de integração dos indivíduos às diferentes economias. Observa-se seu reflexo no aumento das tensões nas relações internacionais, na geopolítica, o uso de dados e informações em uma verdadeira guerra cibernética e a acentuação da irracionalidade da dinâmica capitalista. Logo, o lugar de destaque alcançado pela ciência e conhecimento para além de oportunidades, geram desafios múltiplos ao se pensar os caminhos da Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

No setor saúde, cresce a expectativa de mudanças como a intensificação de opções de atendimento virtual. Os sistemas de saúde estão se reconfigurando diante de evidências de que não estavam preparados para a crise sanitária. Assim, observam-se estratégias de modernização dos sistemas de saúde, com destaque para a promoção da saúde e investimento em tecnologia, envolvendo o aumento da utilização de telemedicina e saúde virtual. Um desafio importante é como incorporar tais transformações nos sistemas nacionais de saúde como o SUS, buscando fortalecer seu caráter público e universal, com base no investimento público e contínuo em seus recursos humanos e materiais.

Outro desafio se relaciona às intensas inovações no âmbito da biotecnologia e da “biocomputação”, impulsionadas pelo rápido progresso em biologia molecular, informática e no uso de inteligência artificial. Algumas potencialidades seriam o desenvolvimento de terapias celulares que poderiam corrigir ou mesmo substituir células e tecidos defeituosos e novos tipos de vacinas poderiam ser aplicados a doenças não transmissíveis, incluindo câncer e doença coronariana.

A possibilidade de uma crise climática assumir características próximas da crise da Covid-19, ou seja, com vieses sistêmicos de avanço rápido, e dimensões ampla e global tem preocupado a humanidade. Com isso, diversos países estão investindo em planos de recuperação, para saída da crise pandêmica, associados às políticas ambientais existentes, reconhecendo os benefícios urgentes da sustentabilidade ambiental. Países como China, Índia, Estados Unidos e a União Europeia estão apostando sobremaneira em tecnologias de baixo carbono e de alternativas que conservem o ecossistema e a biodiversidade.

A crise climática, associada à crise ambiental global está na gênese e assume características de dimensões próximas à crise da Covid-19, com vieses sistêmicos de avanço rápido e dimensões multiescalares e multitemporais, o que está no centro das preocupações da humanidade.

A emergência da Covid-19 realça a importância de uma abordagem transdisciplinar envolvendo a saúde humana, animal e ambiental, a Saúde Única (One Health), para o enfrentamento a ameaças em saúde pública em um cenário de crise ambiental. A implementação desta estratégia pressupõe atuação integrada, em rede, reunindo pesquisadores e usuários do conhecimento das ciências da saúde humana, animal e ambiental, bem como das ciências sociais para a governança de Doenças Infecciosas e Resistência antimicrobiana em níveis global, nacional e local.

Há hoje diversas mobilizações nas sociedades de todo o mundo no sentido do destaque do tema sustentabilidade e da Agenda 2030. No Fórum Econômico Mundial de 2020, o assunto foi significativamente debatido e considerado como estratégia inteligente do futuro das ações dos Estados. A efetiva implantação dos objetivos, metas e indicadores referenciais da Agenda 2030 tem o poder de diminuir as desigualdades sociais. A pandemia fez com que o mundo estagnasse no cumprimento das metas relacionadas à Agenda 2030, ainda que com significativas diferenças entre os países. No Brasil não foi diferente, fortalecendo um certo ceticismo generalizado em relação ao atendimento das Metas proposta até 2030.

A perspectiva de um mundo pós-pandemia tem revelado muitas incertezas. Tem-se observado inúmeros retrocessos conjunturais que sinalizam para um futuro de luta de classes em função das significativas desigualdades sociais em curso. Conforme destacam especialistas, há diversos parâmetros balizadores da construção social pós-pandemia como: a transição ecológica, a dignidade humana, a democracia, entre outros.

O surto de Covid-19 e as respectivas respostas da ciência vem se dando em meio aos fenômenos da infodemia (excesso de informações) e da desinformação, podendo um impactar o outro uma vez que a desinformação vem se expandindo no mesmo ritmo da geração de conteúdo. Nesse contexto, destacam-se relevantes iniciativas, de instituições públicas e privadas, de produção de acervos relacionados à Covid-19, como o desenvolvimento de conteúdos relativos à produção de narrativas de memórias que dizem respeito a experiências vivenciadas na pandemia. Com isso reforçam-se princípios como o “direito à memória, o direito democrático ao acesso do acervo e o direito à construção plural de representações sobre o presente.” Não só em relação à experiência social da pandemia, mas em relação a como um anseio que nasce no tempo presente e que possibilita tanto reflexões sobre o passado quanto o registro de ações que gerem análises críticas sobre realizações e desafios institucionais, visando a recuperação de aspectos de trajetórias individuais ou coletivas e suas apropriações no presente.

No tocante à economia, a pandemia levou a uma recessão global em 2020, com uma queda média de 3,5% no Produto Interno Bruto (PIB) mundial. O Brasil teve uma performance pior, com uma queda do PIB de 4,1% no mesmo ano. Com cerca de 14,4 milhões de desempregados em agosto de 2021, juntamente com a aceleração da inflação (acumulada em 8,99% até esse mês) tem-se como resultado uma deterioração das condições de vida, aumento da pobreza e da fome, e dificuldades de crescimento da demanda interna.

Pelo fato do Brasil ser altamente dependente do comércio internacional, as pressões inflacionárias de 2021 devem se projetar para 2022, impulsionadas pelo aumento dos preços dos alimentos e pela desvalorização da moeda, conforme indica o FMI. O IBGE divulgou pesquisa da PNAD, em 08/21, na qual ressalta que menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país (49,6%) e ainda que a taxa de informalidade está em 40,6% da população ocupada. As previsões de crescimento de PIB para 2021 e 2022 são respectivamente 4,8% e 2%, não obstante os fatores de risco como a crise hídrica, as questões fiscais (ex. pagamento dos precatórios, reforma do Imposto de Renda - IR), a instabilidade política, e a manutenção de altas taxas de transmissão do coronavírus. Ainda que presente

aumento numérico, o crescimento da economia brasileira deve ficar aquém da média mundial e latino-americana em 2021 e 2022, conforme indica o FMI.

Sobre a crise hídrica, ressaltam-se também os dados alarmantes da PNAD de 2019, onde 38% da população tem alguma dificuldade de acesso à água e apenas 62,2% da população a consome oriunda de rede geral de distribuição, com abastecimento diário e estrutura de armazenamento. Entre os que vivem na pobreza, 8,1% não tem banheiro em casa: são 39,7% dos municípios brasileiros sem serviço de esgotamento sanitário; no Norte, somente 16,2% dos municípios contam com esse serviço. Apenas em 11 das 27 unidades da federação, mais da metade dos municípios possuem rede coletora de esgoto e 62,8% deles o trataram. Em 2018, estimou-se que 33,7% dos domicílios brasileiros não tinham acesso à rede geral de fossa ligada ao escoamento de esgotos.

Cabe ressaltar as dificuldades impostas por reformas que restringem direitos, como a trabalhista, a liberação da terceirização para atividades-fim, a reforma da previdência e a EC 95, que impôs limites a gastos futuros na área social. Outras perspectivas de reformas que impactarão na ampliação das desigualdades estão em curso, como a minirreforma trabalhista, a reforma administrativa e a reforma tributária.

A desigualdade social foi aprofundada com a pandemia, com a ampliação do número de pessoas em situação de extrema pobreza. Os dados mostram que, entre o início de 2019 e o início de 2021, quase 1,2 milhão de pessoas ingressaram na extrema pobreza no Brasil, o que corresponde a um aumento de 9,0%. Dados da Rede Penssan (2020) apontam que cerca de 116,8 milhões de pessoas conviviam com algum grau de insegurança alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome. Na outra ponta social, 42 brasileiros se tornaram bilionários em 2021, segundo anúncio da Forbes, contrastando com o recorde de pessoas que se encontram na extrema pobreza no país. Há ainda outros dados relevantes relacionados à desigualdade como a dificuldade das mulheres, que são chefes de famílias monoparentais quanto à questão do trabalho e do cuidado aos filhos, sendo mais afetadas as jovens mulheres negras. Além disso, tem crescido a violência contra a mulher, com o aumento do feminicídio. Também é grave a situação dos povos indígenas, duramente atingidos pela pandemia, que se soma à história de violências, de desrespeito aos seus direitos territoriais e demais direitos de cidadania. Outrossim, observa-se o aumento de outros problemas como a intolerância religiosa e de orientação sexual, entre outras formas de discriminação. Ressalte-se, também, a difícil situação das pessoas com deficiência, que continuam sob a marca do capacitismo dominante na sociedade, vivendo retrocessos nos direitos com reforço à exclusão e invisibilidade, por exemplo, pelo Decreto 10.502/2020, e que, em decorrência da crise sanitária, sofrem o aprofundamento da desassistência na saúde, tendo direitos conquistados colocados em xeque, o que reforça a necessidade de ações políticas, educacionais e jurídicas embasadas na diversidade.

Sabe-se que a desigualdade social é histórica e estrutural e vem se agravando ao longo dos últimos anos. A pandemia, que acentuou esse quadro, resultou em redução de ocupação principalmente para os trabalhadores de menor escolaridade que foram substituídos pelos com ensino superior completo. Apesar do aumento da qualificação da força de trabalho nos postos de trabalho, os salários continuam rebaixados.

Os institutos de pesquisa mostram que a inflação tem impactado de forma mais contundente as famílias de baixa renda, entre as quais os itens básicos de consumo têm maior peso no orçamento. No comparativo do 1º trimestre de 2021/2020, os setores econômicos têm apresentado resultados muito díspares como, por exemplo, a queda do setor de serviços de 0,8%, com reflexos diretos na empregabilidade da população e o crescimento da agropecuária de 5,2%.

Pesquisa recente apresentada pela Oxfam-Brasil (2021), em âmbito nacional, apontou que 84% dos(as) brasileiros(as) concordam com o aumento dos impostos de pessoas mais ricas para financiar políticas sociais no Brasil e 56% com o aumento de impostos para todas as pessoas financiarem as políticas sociais. Apesar de previsto na Constituição e nunca ter sido regulamentado, o imposto sobre grandes fortunas é visto como uma potencial fonte de arrecadação para o país.

No que se refere à relação entre a conjuntura e a questão democrática, cabe destacar as tensões crescentes entre a esfera do mercado e as instituições da democracia. De fato, se antes a democracia era apresentada como um fator positivo para a dinâmica da economia, observa-se atualmente um movimento que coloca a democracia, e os direitos sociais dela decorrentes, como obstáculos ao crescimento econômico.

No campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, a realidade é complexa, apesar da existência de uma proposta do MCTI de base para a estratégia nacional de inovação. Conforme relatório da Unesco (2021), desde a recessão de 2015, tem havido cortes de bolsa, queda do número de patentes e de investimentos em P&DI pelas organizações, que vem trazendo incertezas e riscos importantes para o futuro do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (SNCTI), portanto, impactando drasticamente nos investimentos em ciência, tecnologia e inovação no país e como consequência gerando fuga de cérebros entre outras dificuldades para o desenvolvimento do Brasil. Nesse contexto, as políticas públicas têm mitigado seu papel no fomento das atividades socialmente relevantes e de subsídio as ações de CT&I, com incentivos insuficientes aos pesquisadores e ICT no Brasil. Os impactos negativos são sentidos não só na direção de mais inovação, mas também na falta de sinalização das prioridades em inovação em consonância com as necessidades atuais da sociedade.

O Brasil, segundo o mesmo relatório da Unesco (2021), ainda possui uma relevante capacidade científica associada a um forte sistema de pós-graduação, que não é absorvida pela indústria, geralmente voltada para o mercado interno e não inovadora (salvo exceções como o setor agrícola). A ciência brasileira respondeu ao enfrentamento de duas emergências sanitárias recentes - a epidemia da Zika e a pandemia da Covid-19 – por meio de intensa produção acadêmica e de parcerias no desenvolvimento e produção de vacinas, não obstante tenha havido falta de insumos básicos como: antitérmicos, sedativos, oxigênio, EPI etc. Há que se destacar os polos de inovação nas universidades, produtores de startups cumprindo o papel de colaboração entre indústria e academia embora essa não seja uma relação simples e sem conflitos. Especialistas acreditam na possibilidade de o Brasil vir a ser um país na vanguarda mundial das tecnologias de baixo carbono.

Por outro lado, apesar de especialistas acreditarem na possibilidade de o Brasil vir a ser um país na vanguarda mundial das tecnologias de baixo carbono, deve-se lamentar a evidente piora na gestão ambiental, principalmente no que tange aos

sistemas de monitoramento e prevenção de acidentes, que não tem conseguido impedir acontecimentos como o do rompimento das barragens de rejeitos de mineração e aumento de desmatamento, manchas de óleo no litoral e incêndios no Pantanal e na Amazônia.

Pode-se constatar que, enquanto o sistema de C&TI brasileiro está enfrentando dificuldades desde 2015, como a redução orçamentária e de bolsas de pesquisa, o mundo desenvolvido está ampliando os investimentos em P&D em função da velocidade de transformação e dos novos desafios. Ressalta-se que o não investimento em Ciência e Tecnologia, como momentos diversos da História já demonstraram, traz impactos nocivos não apenas ao setor de C&TI, mas estende seus malefícios a todo o desenvolvimento socioeconômico do país. Condena, assim, as atuais e futuras gerações a um horizonte de estagnação econômica, científica e social, marcado por severa dependência tecnológica que gera, em última instância, fragilidade ante as emergências sanitárias, enfraquecimento da capacidade produtiva nacional e baixa mobilidade social.

Com relação a SNCTI, um conjunto de políticas públicas ampliaram espaços e ações de divulgação científica ao longo das duas últimas décadas. Cabe destacar, no âmbito da SNCTI, a organização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), como estratégia de divulgação da importância da ciência e tecnologia para a vida das pessoas e para a melhoria da qualidade da educação científica no Brasil.

O tema da SNCT 2021 foi “A transversalidade da ciência, tecnologia e inovações para o planeta”. A temática visa problematizar as questões que ultrapassam fronteiras, em busca de ações e políticas cooperadas, integradas e convergentes, de modo a debater de forma aprofundada as questões de CT&I vinculadas à educação, à sociedade e aos desafios da sobrevivência e fortalecimento do SNCTI.

Embora a iniciativa da SNCTI seja louvável, ainda apresenta pouco impacto na disseminação e implementação científica, o que revela a necessidade de se adotar estratégias mais arrojadas, abrangentes e eficazes visando reduzir a lacuna que separa o intercâmbio de conhecimento entre a pesquisa, as políticas públicas e a prática.

Não obstante esses avanços, a pesquisa de Percepção Pública da Tecnologia no Brasil de 2019 realizada pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) mostra dados contraditórios sobre a relação da população com a ciência. Apesar da população brasileira ter uma percepção bastante positiva da ciência - 73% das pessoas acreditam que ela só traz benefícios, ou traz mais benefícios que malefícios - de forma geral a população não conhece as instituições científicas ou cientistas brasileiros, frequenta pouco os espaços de divulgação científica como museus e centros de ciência e busca poucas informações de CT&I. Tal realidade agrava-se quando se constata que todos esses indicadores são marcados por forte desigualdade, em particular relacionada à renda.

No que diz respeito ao SUS, desde a sua instituição pela Constituição de 1988, o sistema nunca teve o financiamento necessário para o cumprimento da garantia do direito universal à saúde, conforme o Art. 196. Tal fato se reflete na ausência de condições estruturais para a garantia da atenção à saúde da população, tendo como foco a determinação social do processo saúde-doença. Somado a isso, os retrocessos

nas políticas públicas vivenciados nos últimos anos têm aprofundado as históricas desigualdades sociais do país, impactando sobremaneira a saúde individual e coletiva. Além disso, mateve-se e ampliou-se a participação de serviços privados no âmbito do SUS, além do que passados 30 anos o sistema ainda não se constitui como uma rede integrada.

Sabe-se que a maioria dos problemas assistenciais do SUS tem raízes no seu crônico subfinanciamento, sendo o Brasil um dos poucos países do mundo, com sistema público universal, em que o gasto com o setor privado é maior do que o público. Constata-se assim que as mudanças de caráter privatista na saúde, inclusive na atenção primária têm obstaculizado a garantia dos princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS. Além disso, os efeitos da mercantilização das relações sociais e da precarização das relações de trabalho têm impactado negativamente a qualidade de vida tanto dos trabalhadores da saúde quanto da população assistida.

Na agenda da reforma sanitária brasileira e na Constituição de 1988, a saúde é vista em uma perspectiva ampla. Segundo o conceito ampliado de determinação social da saúde (DSS), o estado de saúde de uma população é influenciado pelas condições de vida, incluindo fatores como alimentação, moradia, saneamento, transporte, meio ambiente, lazer, entre outros. Tal concepção ampliada é mobilizadora de transformações nas políticas públicas além do SUS, que busquem reverter as desigualdades e a mercantilização da saúde. Conforme defende Sergio Arouca, a reforma sanitária brasileira é um projeto civilizatório, no qual a sociedade deve expressar valores de direito e justiça social.

Um fato que pode agravar sobremaneira a situação econômica, de C&TI e social do país é a redução drástica de investimento público previsto para 2022, que ficou no valor de R\$ 25,7 bilhões, o menor dos últimos 12 anos, representando somente cerca de 0,27% do PIB.

O Estado, ao adotar políticas liberais diante da crise, abandona a sociedade e nada vem fazendo para reduzir os fatores de risco que agravam a saúde do brasileiro e que aumentam a pressão nos sistemas de saúde, como: (i) efeitos de longo prazo do uso de agrotóxicos, (ii) falta de saneamento básico, (iii) poluição do ar, (iv) mudanças no perfil demográfico (expectativa de vida que supera 75 anos), (v) violência, (vi) uso de álcool e de outras drogas, (vii) a volta da dengue, (viii) a queda de vacinação para outras doenças diferentes da covid-19, (ix) a obesidade e a insegurança alimentar.

Destaca-se o fenômeno social da violência, como problema de saúde pública, que cresceu significativamente durante a pandemia, em função das medidas de quarentena e demais restrições que desorganizaram as rotinas familiares, ampliando o tensionamento e o estresse, aumentando a possibilidade de violência, especialmente contra mulheres e crianças. Há ainda grupos - como as pessoas em situação de rua, indígenas, entre outros - que vivem em situação de alta vulnerabilidade social, mais expostos à violência estrutural e ao adoecimento. Os serviços públicos das redes de proteção e cuidado têm papel estratégico na prevenção das violências.

Outro problema associado à Covid-19 é a infodemia, descrita como a abundância

de informações, muitas erradas, disseminadas deliberadamente para minar a resposta da saúde pública ou promover agendas alternativas de grupos ou indivíduos. Essa é a primeira pandemia na história em que a tecnologia e as mídias sociais estão sendo usadas em grande escala. Se, por um lado, isso seria importante para manter as pessoas bem-informadas e seguras, por outro, essa tecnologia tem ampliado a disseminação de informações falsas, que continua a comprometer globalmente a resposta à pandemia. Segundo a OMS e outras entidades do sistema das Nações Unidas, a má qualidade e a desinformação podem ser prejudiciais à saúde física e mental das pessoas; aumentar a estigmatização; ameaçar ganhos de saúde; e levar à inobservância das medidas de saúde pública, reduzindo assim sua eficácia e colocando em risco a capacidade dos países de conter a pandemia. Além disso, a desinformação estaria polarizando o debate público sobre tópicos relacionados a Covid-19; amplificando o discurso de ódio; aumentando o risco de conflito, violência e violações dos direitos humanos; e ameaçando as perspectivas de longo prazo para o avanço da democracia, dos direitos humanos e da coesão social (WHO, 2020).

A universalidade dos serviços de saúde é uma das bases de um país civilizado. O SUS, não obstante os seus problemas crônicos, como o subfinanciamento, ainda enfrenta o desafio da pandemia da Covid-19, no que concerne ao diagnóstico, contenção e prevenção da doença, tratamento e recuperação dos acometidos, sem poder descuidar de suas ações rotineiras. Em 2021 e nos próximos anos, os principais desafios da sociedade relacionados ao sistema de saúde e a pandemia serão: imunização em massa contra o coronavírus, o aumento da demanda de atendimento, reprimida em razão da pandemia, o sobrediagnóstico, o desfinanciamento da política pública de saúde, por meio da Emenda Constitucional nº 95 e os impactos sociais causados pela pandemia, refletida no aumento do número de pessoas vivendo em condições inadequadas, no surgimento de órfãos e sequelados da Covid-19, além de outros problemas decorrentes da pandemia como os de saúde mental; são os efeitos de curto e longo prazo à saúde dos que se recuperam da Covid-19 ou que foram, de alguma forma, afetados pela pandemia.

O Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) tem significativa importância nacional, não apenas no seu papel de garantir o acesso a insumos para a população e sustentabilidade do SUS, como também na agenda de desenvolvimento nacional. Portanto, o CEIS representa as dimensões social e econômica, produzindo impacto no PIB, tendo reflexo na geração de empregos e na competitividade nacional. A pandemia da Covid-19 deixou evidente as deficiências do CEIS, principalmente, em função da restrição de investimentos nas suas cadeias de valor, que terminam por ameaçar o Sistema Único de Saúde (SUS). Como consequência, a sociedade sentiu o desespero da falta de insumos básicos para atenção como EPIs, oxigênio, ventiladores, insumos para diagnóstico, dentre outros. como também a necessidade emergencial de importação de ingredientes farmacêuticos (IFA) para vacina e das próprias vacinas.

O CEIS 4.0, tanto em sua dimensão social como produtiva, procura abordar o CEIS a partir de importantes transformações da saúde, como as mudanças demográficas e epidemiológicas, a 4ª revolução tecnológica, as mudanças climáticas, entre outras, e tem se desenvolvido de maneira muito desigual entre os países, o que pode aprofundar as desigualdades entre países desenvolvidos tecnologicamente,

exportadores de tecnologia, e países dependentes, exportadores de commodities. Cabe destacar, no âmbito do CEIS 4.0, os necessários reflexos que deverão ocorrer nas políticas públicas em função das transformações recentes na dinâmica global de produção e inovação. Deve-se ressaltar ainda a importância de se incorporar e empregar as tecnologias 4.0 não apenas para aprimorar o CEIS como também para enfrentar de forma efetiva as emergências sanitárias. Outro aspecto importante do CEIS 4.0 é como a geopolítica da inovação em saúde impacta a soberania nacional em saúde.

O CEIS 4.0 tem potencial para ser o motor socioindustrial tecnológico da economia brasileira. É necessário que o Brasil desenvolva urgentemente uma indústria de saúde forte e inovadora alicerçada nas modernas tecnologias 4.0 como inteligência artificial, big data, entre outras, alinhada às demandas do SUS, para que seja possível alcançar uma condição estratégica de maior desenvolvimento e independência.

O mundo está a menos de uma década para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU uma vez que suas metas devem ser alcançadas em 2030. Concomitantemente à resolução dos problemas relacionados à Covid-19, os países desenvolvidos vêm envidando esforços cada vez maiores em combater as mudanças climáticas adotando medidas de redução do carbono. Especialistas afirmam que há relevantes questões de sustentabilidade ambiental a serem tratadas por representarem grandes ameaças à vida na terra, tais como: adaptação e mitigação às mudanças climáticas, os problemas de poluição e seu impacto na saúde, a proteção dos oceanos, a transição energética e as energias renováveis, um modelo alimentar sustentável, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento urbano e a mobilidade sustentável, o estresse hídrico e a escassez de água, os fenômenos meteorológicos extremos, e excesso de população e a gestão dos resíduos.

Do ponto de vista nacional, nunca se vivenciou tantos e graves problemas ambientais como nos últimos anos, decorrentes principalmente da expansão desenfreada do agronegócio, que inclusive ocupa terras públicas e, por vezes, possui ligações diretas e indiretas com a grilagem de terras e a expulsão de populações tradicionais como: camponesas, extrativistas, pescadoras, marisqueiras, caiçaras, ribeirinhos, atingidos por barragens, quilombolas e indígenas de seus territórios. Como suporte a essa estratégia tem havido alterações nos marcos regulatórios principalmente da área ambiental, mas também de outras áreas da gestão pública, essencialmente dos setores do agronegócio, mineração e geração elétrica.

Outro debate relevante vinculado à sustentabilidade é o quanto o planeta já alcançou os limites de sua resiliência, a partir do qual precisa reduzir o impacto demoeconômico, além do enfrentamento das desigualdades sociais. Segundo autores, para se erradicar o déficit ecológico e não se avançar na direção do ecocídio é preciso adotar soluções como mudar os padrões de produção (economia de baixo carbono e impacto ambiental), revolucionar a produção de alimentos com redução significativa do consumo de produtos animais, adotar o avanço tecnológico sustentável e diminuir o consumo conspícuo entre outras.

Conforme o relatório Luz 2021, o país não avançou de forma significativa em nenhuma das metas dos ODSs da Agenda 2030. Esses resultados foram frutos de escolhas políticas, não obstante a crise da Covid-19. No tocante à saúde é importante

mencionar que, com relação ao objetivo número 3, seis de suas 13 metas estão em retrocesso no Brasil. O relatório apontou que (i) a mortalidade materna cresceu 5,6% de janeiro a agosto de 2020 em relação a 2019, (ii) houve aumento da taxa de mortalidade de crianças com menos de um ano e de crianças entre um e quatro anos nesse período, (iii) a vacinação caiu 12% em 2020, sendo o quinto ano de declínio, o que impacta a questão das doenças transmissíveis e (iv) houve redução dos serviços e insumos para saúde sexual e reprodutiva, que também significa retrocesso para a meta de dar acesso universal a esses serviços. Destaca-se que, em 2020, R\$22,8 bilhões do orçamento destinado ao SUS, não foi executado.

Em relação à educação, com a disseminação da Covid-19, o mundo se deparou com uma situação inédita: o fechamento total e concomitante dos sistemas educacionais, impactando milhões de estudantes e trabalhadores. No caso brasileiro, a ausência de políticas públicas que viabilizassem a garantia da qualidade do ensino remoto, nas instituições públicas de educação, ampliou de forma contundente as históricas desigualdades educacionais e as contradições que atravessam a escola pública. Neste contexto, a definição de procedimentos emergenciais e a construção sobre o “novo normal” para a educação pública se tornaram tarefas prioritárias de organismos internacionais e organizações empresariais, intensificando os processos de mercantilização da educação em seus diferentes níveis.

A desigualdade no acesso ao ensino durante a pandemia sublinhou outro elemento significativo que ampliou ainda mais as desigualdades sociais: a falta de acesso universal à internet banda-larga. Apesar da ONU ter declarado em 2011 que o acesso à internet é um direito fundamental, a realidade brasileira está muito distante. Segundo dados da pesquisa TIC Domicílios 2019, realizada pelo Cetic.br/CGIBr, 20 milhões de domicílios no país não possuem acesso à internet (28%). Em moradias das classes A e B, o acesso é quase universal, mas para as classes D e E está abaixo de 50%. Outros dados mostram que um a cada quatro brasileiros não usa a internet, o que produz um “deserto” de 47 milhões de não usuários (26%). Cerca de 58% dos cidadãos acessam a internet apenas pelo celular, que é o dispositivo mais usado pela quase totalidade das pessoas. Além disso nem todos os sites e sistemas de informação foram projetados para esse e outros dispositivos ou dispõem de recursos de acessibilidade que garantam o acesso por todos. Esses números demonstram que as populações vulneráveis, além de perder o acesso à educação, foram privadas de outras atividades fundamentais no cotidiano, que parte da população realizou via internet: (i) acesso serviços públicos, inclusive o auxílio emergencial; (ii) transações bancárias; (iii) trabalho remoto; (iv) acesso a notícias e informações relacionadas à saúde; (v) serviços de saúde; (vi) comunicação com familiares e amigos; e, (vii) entretenimento. A falta de acesso à internet de qualidade por parte expressiva da população neste período e a ausência de acessibilidade, demonstram como a comunicação e a informação são direitos fundamentais para o exercício da cidadania, e principalmente, para exercer os direitos à saúde e à educação. Cabe destacar que a PNAD/IBGE 2019 revela que 17,3% dos municípios brasileiros têm áreas de completo deserto de sinal de internet.

A educação em todos os níveis vem experimentando ao longo dos anos diversos retrocessos. Segundo a ANPAE 2020, houve uma mudança na regulação estatal, orientada pela noção de quase-mercado, que se expressa, por exemplo, em políticas traduzidas pelo contingenciamento dos recursos investidos na educação, na

restrição da gestão democrática nas escolas públicas, que, entre outros aspectos, reduz a participação dos sujeitos nos processos decisórios, e a competição como fator de incremento da qualidade educacional, entre outros.

Na educação sustentável, o relatório Luz 2021 aponta um cenário preocupante, em que de dez metas, sete estão em retrocesso, duas ameaçadas e uma estagnada. Durante a pandemia, ficaram evidentes as dificuldades dos alunos mais carentes de conseguir assistir aula on-line, principalmente para uma população que não tem acesso à internet de qualidade ou nenhum acesso à internet.

Em relação à pós-graduação, o relatório da Unesco – “A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente” (2021) - indicou que a redução de bolsas e a queda no investimento em pesquisa e desenvolvimento nas empresas ameaçam o futuro do sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação (SNCTI). Especialistas criticam o ataque às pesquisas e à autonomia científica alegando que o problema é que o negacionismo em curso se transformou em uma política de Estado. O estudante pesquisador precisa ser remunerado pelo seu trabalho, sendo a bolsa – cujo valor no país está congelado há anos - um investimento para a sua formação. Considerando que os estudantes da pós-graduação participam da produção de 90% da pesquisa científica realizada no Brasil, fortalecer a pós-graduação é defender a ciência brasileira. A pandemia vem evidenciando que a ciência é a resposta, mas essa resposta precisa de tempo, de pessoal altamente qualificado e de financiamento adequado e permanente.

3. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A trajetória recente da Fiocruz foi marcada por importantes desafios institucionais, incluindo o enfrentamento de emergências e desastres em saúde, como as epidemias de dengue, febre amarela, Zika, Chikungunya, os rompimentos das barragens da Vale, em Mariana e Brumadinho (MG), o derramamento de petróleo cru no litoral da região Nordeste, entre outras. Mais recentemente, a pandemia de Covid-19 exigiu da instituição uma atuação ativa em diferentes áreas, com a ampliação do setor produtivo, educacional, de serviços, de inovação e de intercessão e diálogo com a sociedade. O contexto tencionou a capacidade institucional e exigiu novas formas de gestão, celeridade no desenvolvimento de soluções e uma agenda estratégica orientada pelos problemas do Sistema Único de Saúde, diante de um quadro de escassez de recursos para o setor, ambiente político conturbado e uma pandemia que colocou à prova ou mesmo colapsou os sistemas de saúde de todo o mundo. Diante deste quadro, a Fiocruz tem reafirmado seu papel estratégico para a sociedade brasileira.

A unidade institucional, a defesa da integralidade na resposta, a capacidade de atuação e a articulação interinstitucional foram os alicerces para que a Fiocruz pudesse avançar em um dos contextos mais desafiadores da sua história.

A sinergia do Sistema Fiocruz foi reforçada pelo debate democrático e gerador de consenso no VIII Congresso Interno (2017), quando foram definidas 11 teses estruturantes. O Conselho Deliberativo da Fiocruz, por sua vez, aprovou por unanimidade e com apreciação das Câmaras Técnicas e instâncias relacionadas, diversas políticas e programas para a direcionalidade e integração institucional (Política de Inovação - 2018; Política de Internacionalização do Ensino - 2017; a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos - 2018; a Política da Fiocruz para Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência – 2019; o Programa Institucional Violência e Saúde, Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) – 2019; Programa Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Fiocruz (FioPROSAS) - 2020; Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz - 2018; Política de Memória Institucional da Fiocruz - 2020; Política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa - 2020; Política de Divulgação Científica – 2020; Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação 2021/2025 - 2020; Política de Divulgação Científica – 2021).

Destaca-se ainda, o papel da Fiocruz como Escola de Governo na formação para o SUS, o que reforça as pós-graduações *stricto sensu* e *lato sensu* (especializações e residências), a educação técnica em saúde e os cursos de qualificação profissional, visando à educação permanente para o SUS.

As atividades educacionais estão presentes em todas as unidades e escritórios da Fiocruz, constituindo campo em ampliação e diversificação, intimamente ligado à pesquisa aplicada às políticas públicas. A articulação e integração crescente entre as diversas iniciativas educacionais apontam para o funcionamento de uma “escola em rede”, com seus balizadores construídos e pactuados coletivamente no Plano de

Desenvolvimento Institucional da Educação (PDIE) 2021-2025. A modalidade Educação a Distância (EAD), por facilitar e ampliar o acesso a ofertas educacionais de interesse regional, nacional e internacional tem recebido atenção crescente, com destaque para a expansão do Campus Virtual Fiocruz, com a proposta de educação aberta e gratuita de grande alcance, e criação de iniciativas inovadoras como o Portal Educare, de apoio à atuação dos docentes. O apoio aos estudantes vem se fortalecendo desde 2017, com a criação do Centro de Apoio ao Discente e a diretriz do VIII Congresso Interno de se constituir uma política neste campo, o que vem se dando tanto pela regulamentação de políticas afirmativas de ampliação de acesso e permanência de estudantes na instituição, como pela discussão de balizadores de uma Política de Apoio ao Discente, em construção com o conjunto das unidades. No período pós-VIII Congresso também se acentuaram os debates e as iniciativas voltadas à formação docente, considerando os desafios relacionados a novos conhecimentos e atualização de perfis profissionais coerentes com os desafios presentes no cenário.

Diante das ameaças do desinvestimento público na educação superior e na pós-graduação no Brasil, a Fiocruz tem atuado como instituição de Estado na interlocução intersetorial com as IES, o MEC e a CAPES, de modo a fortalecer o sistema nacional da pós-graduação e potencializar seu impacto tanto científico e tecnológico, quanto econômico e social.

Nos anos de 2020 e 2021, foi reafirmado o sistema de governança democrática da Fiocruz, com a realização da mais expressiva eleição da história da instituição, com 91,6% de participação, e com as eleições das unidades e nomeação dos dirigentes ocorrendo em conformidade com o estatuto vigente.

Seguiu-se uma trajetória orientada pelo diálogo, escuta interna e com a sociedade. Diante de uma conjuntura difícil, foi reforçado o arco de alianças com estados e municípios, como a cooperação com Conass e Conasems, com o Conselho Nacional de Saúde, com outras instituições da saúde e da ciência e tecnologia e com o legislativo. O desafio é implementar uma agenda estratégica de C&TI em saúde, convergente com um projeto de desenvolvimento inclusivo e que promova a retomada do crescimento econômico e o bem-estar social.

A Fiocruz atuou de forma estratégica para as ações e políticas governamentais no campo da saúde, alcançando projeção nacional e internacional, com destaque pela capacidade de resposta às crises sanitárias. Nossa atuação nas emergências foi estruturante, com a produção recorde de 64 milhões de doses da vacina de febre amarela para o surto em 2020, o apoio ao enfrentamento do surto de sarampo em Roraima e a pandemia de Covid-19. O desafio se amplia na adoção de modelos preditivos de emergências.

Foi possível avançar na sustentabilidade e estabilidade orçamentária, o que permitiu preservação e avanços institucionais em contexto de restrições, como o fortalecimento dos laboratórios de referência e de vigilância em saúde, e o fomento e indução à inovação com a criação do Programa Inova, cujo modelo deve ser pensado na perspectiva dos próximos anos.

Importante conquista para a produção de insumos estratégicos para a saúde foi a Lei 13.801/2019, que permite à Fiocruz exportar vacinas e outros produtos com amparo legal da sua Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec). Com tal medida, obtida mediante atuação direta da Presidência da Fiocruz junto ao Parlamento, viabiliza-se que a instituição atenda o compromisso com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no fornecimento de vacinas. Em perspectiva, associado ao avanço no projeto do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS) em Santa Cruz (RJ), o maior empreendimento em andamento do Governo Federal, a Fundação ampliará o fornecimento de produtos estratégicos para o sistema público de saúde, como vacinas e biofármacos, e atuará como um ator global no campo dos imunobiológicos. O objetivo é ampliar o acesso da população a produtos de alta qualidade, regulando preços, além de garantir a manutenção do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Configura-se, portanto, uma ação de preservação e ampliação das estratégias para redução da vulnerabilidade no Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

A maturidade de 120 anos de existência chegou juntamente com o desafio global da pandemia de Covid-19, uma crise sanitária e humanitária de impactos econômicos, sociais e ambientais que revelou os limites de prontidão dos governos e das instituições. Um contexto marcado por incertezas e desafios para o reequilíbrio da vida em sociedade, quando é preciso afirmar o direito universal à saúde e um modelo de desenvolvimento para o bem-estar social. A Fiocruz, durante a pandemia, demonstrou a capacidade de cumprimento de sua missão institucional de desenvolver CT&I resultando em ações sociais. O enfrentamento das emergências de saúde pública reforçou o compromisso da Fiocruz com as orientações do VIII Congresso Interno: ser uma instituição pública e estratégica de estado para a saúde, voltada para o fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, que coloca sua capacidade de desenvolvimento tecnológico e inovação para a sustentabilidade e a efetividade do SUS, e para os desafios da saúde global.

A Instituição tem se destacado no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Na área de diagnóstico, entre as diversas ações pode-se citar: a capacitação de técnicos em saúde de nove países da América Latina no diagnóstico laboratorial do novo coronavírus; a produção de kits diagnóstico e a criação de centrais analíticas e serviços de apoio ao diagnóstico, que atendem mais de 40% da demanda do país; o apoio institucional na compra de insumos para diagnóstico junto aos LACENS; a destacada colaboração com a Anvisa e todo o Sistema de Vigilância Sanitária (SNVS) na avaliação dos imunizantes; o controle de qualidade dos insumos; e a organização da rede de vigilância genômica, que tem permitido a identificação e acompanhamento das variantes do vírus.

A Fiocruz coordenou no Brasil o ensaio clínico 'Solidarity' da OMS referente a medicamentos para a Covid-19 e atua na assistência à saúde, com destaque para a criação do Centro Hospitalar para a pandemia de Covid-19. Além disso, atuou na atenção à saúde das mulheres e crianças com Covid-19 por meio de seu instituto

especializado e na Atenção Primária à Saúde, por meio de unidades próprias ou da atuação de seus docentes e residentes em unidades das redes municipais.

Na área de informação, produção e integração de dados sobre a pandemia, destacam-se a criação do Observatório Covid-19, a Rede Covida, o Infogripe e o MonitoraCovid-19, que analisam o contexto de evolução da epidemia. As iniciativas ganharam potência junto à sociedade a partir de estratégias de comunicação formuladas pelos núcleos de comunicação institucional das unidades, alinhados com a Coordenação de Comunicação Social (CCS) da Presidência.

Os números de visitas ao Portal Fiocruz reforçam a confiança nas informações produzidas por nossa instituição, o que pode ser constatado, uma vez que os totais de visitas saltaram de aproximadamente 500 mil acessos, em março 2019, para quase 3 milhões, no mesmo período de 2020 – quando é notificado o primeiro caso de morte por coronavírus no país. O aumento registrado foi de 600%. Com o desenrolar da pandemia e a chegada da vacina, as visitas ao Portal Fiocruz continuaram aumentando, alcançando um total anual de 20.855.116 em 2020 e de 23.250.588 até 15 de outubro de 2021.

Em relação às redes sociais, o aumento do número de seguidores foi significativo em praticamente todas as unidades e programas de comunicação. Postagens do Facebook da Fiocruz alcançaram mais de 120 milhões de pessoas apenas no ano de 2020. O perfil dos seguidores também foi ampliado para vários segmentos da sociedade. As redes conseguiram levar informações para além de profissionais de saúde, cientistas e interessados em ciência.

Nas áreas de comunicação em saúde e divulgação científica, além da intensa atuação de pesquisadores da Fundação junto à mídia, foram produzidas campanhas, materiais informativos, matérias, vídeos, podcasts e programas televisivos, divulgados pelos meios de comunicação da Fiocruz – revistas, Canal Saúde, VideoSaúde – e pelas assessorias de comunicação, voltados a diferentes grupos da sociedade. Destaca-se que a ação de comunicação institucional tem papel importante em oferecer informação qualificada sobre a pandemia com base em evidências científicas, num contexto de incertezas e desinformação da sociedade.

Ainda relacionado ao contexto pandêmico e a necessidade de isolamento social da população como medida preventiva para evitar a maior transmissão da Covid-19, a Fiocruz buscou também por meio de diversas mídias sociais, presentes nas unidades e em outros setores, difundir ações de divulgação científica que associavam informações sobre a Covid-19, as descobertas das ciências e outras iniciativas culturais, numa tentativa de ajudar a população no enfrentamento do distanciamento social.

Na pesquisa, cabe ressaltar iniciativas como o Inova resposta rápida à Covid-19, o Inova Geração de Conhecimento em Covid-19 e o esforço do conjunto de pesquisadores e estudantes de pós-graduação em reorientar seus estudos para a compreensão das características do vírus, da doença e da pandemia, nos vários campos de conhecimento em que a Fiocruz atua, da pesquisa básica à social.

Na educação, foram realizadas capacitações e lançados numerosos cursos de qualificação dos profissionais do SUS voltados ao enfrentamento da pandemia, abrangendo manejo clínico da doença, vacinação, e organização da atenção a populações vulneráveis (idosos, indígenas, pessoas nas prisões).

O sistema de educação da Fiocruz demonstrou capacidade de organização e adaptação para garantir a qualificação necessária aos profissionais da linha de frente, bem como conseguiu manter o vínculo com seus educandos e educadores mesmo nos momentos mais extremos da pandemia. Para tanto, desenvolveu orientações para Educação Remota Emergencial, via apoio e preparação de docentes por meio de cursos, encontros virtuais, treinamentos e guias de ferramentas educacionais online, dentre outras iniciativas, além de garantir apoio aos discentes, por meio de Programa de Inclusão Digital, orientações para apoio psicológico, extensão da vigência de bolsas e diretrizes gerais pactuadas com unidades e estudantes.

Outro ponto que merece distinção é o papel desempenhado pelas mulheres na ciência durante esta pandemia, que têm estado à frente de ações de destaque nos vários segmentos relacionados ao enfrentamento da Covid-19, alcançando amplo reconhecimento público.

O programa Unidos Contra a Covid-19 foi criado para apoiar as ações em curso, financiado por um fundo de doações de empresas, institutos, pessoas físicas e poder judiciário. Ressalta-se que a Fiocruz demonstrou, durante a pandemia, importante capacidade de captação de recursos privados.

Igualmente importante tem sido o apoio a organizações da sociedade civil em territórios periféricos. A partir do programa, foi realizada uma chamada pública que financiou 147 projetos de organizações populares em todo o país voltados para ações contra a Covid-19, com resultados significativos para populações indígenas, quilombolas, favelas, entre outras, no enfrentamento das desigualdades e no controle da pandemia. Exemplos como o projeto Conexão Saúde em Manguinhos e na Maré, evidenciaram a importância da colaboração direta com a sociedade civil em ações inovadoras no campo da saúde, seguindo os princípios do SUS. Essa atuação evidencia a necessidade de fortalecimento da cooperação social da Fiocruz com base nos novos desafios da sociedade, a partir do contexto pandêmico e da reorganização da dinâmica social.

A produção da vacina contra a Covid-19, fruto de um acordo de encomenda tecnológica com a biofarmacêutica britânica AstraZeneca e a Universidade de Oxford, permitiu avançar na produção nacional do imunizante e significou esperança para a população diante da pandemia, uma conquista que reforça a soberania nacional. Ainda no campo das vacinas, a Fiocruz foi selecionada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como centro para desenvolvimento e produção de vacinas com tecnologia de RNA mensageiro na América Latina.

Ressalta-se a participação da Fiocruz no contexto da Vigilância Sanitária através das ações de controle da qualidade de produtos utilizados no enfrentamento da pandemia, incluindo as vacinas Covid-19 para atendimento às necessidades do SUS.

A Fiocruz recebeu reconhecimento público da imprensa e do parlamento, como a Lei 14.196/21, que confere o título de Patrimônio Nacional da Saúde Pública para a Fiocruz. A presença da Fiocruz na mídia com notas oficiais e entrevistas de especialistas orientou a sociedade, o que evidenciou a reputação da Fundação como instituição de consistência científica e de resultados no enfrentamento das crises sanitárias e de interlocução com a sociedade.

Diante da epidemia de Covid-19 e da iminência de eventos futuros de toda natureza, é necessário fortalecer o papel da Fiocruz como instituição central do “*Preparedness*” para emergências em saúde pública no Brasil, consolidando seu papel de inteligência para o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e como ator da saúde global. Neste sentido, destacam-se o controle de endemias, a gestão de saúde nas fronteiras e a integração dos projetos institucionais para o controle de vetores. Nesse contexto de incertezas ainda marcado pela pandemia, deve-se cuidar da agenda institucional com integração de todas as áreas finalísticas e de gestão.

Ainda sobre o “*Preparedness*”, a OMS, em observação ao Regulamento Sanitário Internacional, recentemente criou um Comitê de Preparação ao Enfrentamento de Novos Patógenos. A Fiocruz já tem assento nesse comitê e, nesse sentido, deve, como instituição estratégica de estado, participar junto com o Ministério da Saúde da revisão da capacidade nacional instalada para esse enfrentamento e, particularmente, ter, em sua estrutura, área adequada ao nível de biossegurança requerida para cada patógeno a ser manipulado em laboratório.

A Fiocruz também seguiu ampliando seu papel na cooperação internacional, com participação estratégica na saúde global junto aos fóruns multilaterais. A Fiocruz participa das reuniões de direção da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a pandemia. Em 2020, foi designada como referência da OMS em Covid-19 para as Américas. O desafio no âmbito das relações internacionais da Fiocruz passa pelo fortalecimento do seu papel e definição de uma agenda estratégica da saúde global, o que implica avançar no modelo de internacionalização das ações institucionais de CT&I da Fundação, orientados, em especial, pelas diretrizes da Agenda 2030.

Diante de tantas conquistas e desafios produzidos pela pandemia de Covid-19, observa-se também impacto nas formas de organização do trabalho. O momento nos desafia a repensar as regras de convivência, a saúde do trabalhador, a ressignificação dos espaços e processos, e as perspectivas para o trabalho a distância. Destacam-se, por ocasião da pandemia, os especiais apoios fornecidos aos trabalhadores e alunos pela Fiocruz que foram desde o acolhimento até os auxílios tecnológicos.

Apesar dos inúmeros avanços e do fortalecimento da atuação e da imagem institucional, alguns desafios internos precisam ser enfrentados.

Sem dúvidas o Programa Inova trouxe novas perspectivas para o campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico da Fiocruz. Mas a própria pandemia mostrou o quanto o Brasil e a Fiocruz ainda são dependentes das tecnologias desenvolvidas nos países do hemisfério norte. Além disso, o mundo está dependente do continente asiático, notadamente da China e Índia, produtores não só dos insumos, mas de

grande parte dos equipamentos essenciais para a assistência. A resposta da Fiocruz no campo da vacina, ainda que exemplar e inovadora, se deu a partir da transferência de tecnologia desenvolvida no Reino Unido. É preciso, portanto, aprofundar a análise das causas da defasagem e perseguir maior capacidade de inovação autóctone.

Também é importante compreender a defasagem interna quando se comparam as exigências do Complexo Econômico e Industrial da Saúde 4.0 (CEIS 4.0), com novas abordagens e ferramentas, como inteligência artificial, big data, internet das coisas, robótica, entre outras, e as condições estruturais internas.

Da mesma forma, há uma defasagem quanto ao acompanhamento da transformação digital ocorrida no mundo, para as várias áreas tanto finalísticas quanto administrativas.

O momento é de oportunidade para a atualização do desafio institucional, com foco na transformação digital, na revolução científica e tecnológica em curso, orientados pela preparação da instituição para enfrentar as mudanças no quadro demográfico e epidemiológico, pela preservação e avanço do SUS frente aos desafios atuais e do futuro e pelo fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação a serviço da sociedade brasileira.

No campo da gestão de pessoas, fruto da política de ajuste fiscal, reforma previdenciária e redução do tamanho do Estado, ocorreu no período recente uma perda significativa de servidores públicos. Aliado a isso, uma série de medidas governamentais (reforma trabalhista, da previdência, lei das terceirizações) e dos órgãos de controle tem prejudicado a capacidade institucional de gerenciar os contratos de terceirização, gerando instabilidade na força de trabalho. Além disso, também persistem na instituição diferenças significativas na forma de gestão de pessoas entre as unidades, o que gera, muitas vezes, competições por migrações internas não coordenadas.

Há de se ressaltar que o contexto é de dilemas importantes para o serviço público, marcado pela reforma administrativa em curso com a PEC 32, que propõe mudanças severas na vida funcional.

O desafio é consolidar a política de gestão de pessoas da Fiocruz e alcançar as competências humanas necessárias ao desenvolvimento institucional, num contexto de transformação das relações de trabalho, baseados no enfrentamento de todas as formas de desrespeito às diversidades e ampliando o conceito de felicidade e promoção de um ambiente saudável na vida institucional. E ainda, reforçar as diretrizes para formação de líderes, com base nos princípios e valores institucionais, associado a um novo modelo de organização orientado por serviços e cadeia de valor para a sociedade. Cabe ainda destacar a necessidade da busca pela excelência gerencial, mediante o emprego de metodologias ágeis que incorpore soluções inteligentes, reduza tempo, otimize etapas e automatize processos, com capacidade de suportar a missão institucional, em sua agenda de melhoria contínua e inovação.

Com o crescimento das atividades institucionais no decorrer dos anos, apresenta-se um cenário de esgotamento de sua infraestrutura, em diversos segmentos. Muito embora tenha ocorrido ações para enfrentamento da pandemia que tenham dado soluções a problemas históricos no campo da pesquisa, persistem fragilidades tanto de infraestrutura predial quanto dificuldades de gestão, logística e operações, questões essas que impactam o pleno desenvolvimento das áreas finalísticas.

Em que pese o sucesso da política de gestão orçamentária recente, que permitiu à instituição avançar mesmo diante de um cenário de redução de gasto público, é evidente que em um cenário pós-pandemia, não só pelas políticas gerais, mas também pelas características internas, a Fiocruz enfrentará problemas de sustentabilidade. Daí a importância de medidas internas orientadas por esta preocupação, em especial as relacionadas à integração, compartilhamento e coordenação de ações mediante plataformas de gestão.

O desafio está ancorado numa estratégia que reforce o Plano Quadrienal da Fiocruz numa visão prospectiva e integrada dos projetos institucionais (e.g., as sedes das unidades, a infraestrutura da pesquisa e o CIBS), visando o fortalecimento da sua missão, considerando, em especial, formas alternativas de financiamento permeáveis ao desenvolvimento pleno da CT&I em saúde do país e a consolidação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS). O Plano Diretor da Fiocruz precisa ser atualizado, com base em novas perspectivas sobre espaços, processos e fluxos de trabalho provocados pela pandemia de Covid-19.

Para tanto, tem sido fundamental o reforço da agenda prospectiva para subsidiar um projeto nacional pela Fiocruz como instituição estratégica de Estado, aprimorar os mecanismos de identificação das questões de impacto no debate nacional e internacional para a construção de uma agenda institucional que contribua para as políticas públicas, articulando os desafios futuros do SUS com a agenda institucional.

Por fim, o aspecto mais central e de caráter estrutural relaciona-se à proposição de uma instituição estratégica de Estado para a saúde e as condições jurídico-institucionais para o exercício de tal papel. Em que pese todo o crescimento e destacado papel dos anos recentes, a Fiocruz tem vivido momentos de risco à sua integralidade, à sua sustentabilidade e à manutenção do seu modelo de governança participativa, superados graças à capacidade institucional de atuar em rede e à capacidade de resposta. Por isso, torna-se imperativo que a Fiocruz alcance um estatuto que lhe assegure a estabilidade, a autonomia político-administrativa, incluindo a estrutura orçamentária e financeira, bem como amplie a sua sustentabilidade diante dos desafios do desenvolvimento institucional, considerando os limites dos modelos propostos em perspectiva para o funcionamento da administração pública.

4. QUESTÕES ESTRATÉGICAS

A análise dos ambientes externo e interno, seu contexto e tendências permitem identificar questões-chave para a atuação da Fiocruz em conformidade com sua missão e para o seu desenvolvimento institucional. Estas questões orientam o olhar para o futuro e a ação no presente. As questões elencadas a seguir orientam a formulação das teses que estarão em apreciação neste IX Congresso Interno.

1. Como contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, reforçando o elo integrador e indissociável entre CT&I, sistemas públicos e universais de saúde e sociedade?
2. Entendendo que a saúde se transformou em um elemento importante da geopolítica, qual será a estratégia de atuação internacional para os próximos anos?
3. Considerando o papel de Instituição pública e estratégica de Estado e a sua missão institucional, como a Fiocruz pode reorganizar seu sistema de CT&I para ampliar sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, democracia e com equidade, por meio da geração de conhecimento, inovação e disponibilização de novos produtos e serviços à sociedade?
4. Em que sentido deve se dar a atualização da agenda científica de futuro da Fiocruz, alinhada aos desafios da sociedade e às novas formas de produção da ciência?
5. Quais mudanças precisarão ser introduzidas na infraestrutura e nos processos de trabalho para o enfrentamento das transformações na base técnico-científica, convergentes com a nova realidade do CEIS 4.0 e aquelas necessárias ao fortalecimento e ampliação do SUS?
6. Como potencializar a atuação da Fiocruz no combate às desigualdades sociais e à fome?
7. Como a Fiocruz poderá enfrentar os desafios relacionados às mudanças no mundo do trabalho para atender a sua missão institucional e garantir resultados positivos para a sociedade e melhores condições de trabalho para os trabalhadores da saúde?
8. Que estratégias adotar para que se alcance maior autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional?
9. Como a Fiocruz deve abordar a determinação socioambiental da saúde que vem crescentemente incidindo no processo saúde-doença, nas escalas nacional e global, a partir de sua competência em ensino, ciência, tecnologia, inovação, cooperação interinstitucional e de diálogo com a sociedade civil?

5. TESES E DIRETRIZES

5.1 - TESE 1

TESE 1. A Fiocruz, como instituição pública de saúde que alcançou os mais elevados patamares de reconhecimento nacional e internacional, deve mobilizar todo o seu capital social para um amplo movimento de defesa por melhores condições de saúde da população e do SUS universal, público, equânime e de qualidade, ao mesmo tempo em que amplia sua capacidade de oferecer soluções científicas, tecnológicas, educacionais, informacionais e comunicacionais inclusivas que contribuam para o fortalecimento de áreas específicas de organização do sistema de saúde.

QUESTÃO: Como contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, reforçando o elo integrador e indissociável entre CT&I, sistemas públicos e universais de saúde e sociedade?

DIRETRIZES

1. Desenhar e implementar uma agenda integrada para o fortalecimento do SUS, buscando formalizar parcerias interinstitucionais com as diversas instâncias do Ministério da Saúde, conselhos de gestores do SUS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), secretarias estaduais e municipais de saúde, instâncias de controle social (Conselho Nacional de Saúde, conselhos estaduais e municipais), associações e organizações de saúde pública e de CT&I, associações de pacientes e outros atores, incluindo os movimentos sociais emancipatórios das populações socialmente invisibilizadas.
2. Ampliar a atuação da instituição na defesa do SUS junto com movimentos sociais, em especial movimentos populares, estudantis, sindicais, indígenas, quilombolas, camponeses, de mulheres, dentre outros, considerando a diversidade sociocultural e territorial do país.
3. Fortalecer as estratégias de atuação no Legislativo, buscando apresentar e defender projetos que visem à consolidação do SUS, do Sistema Nacional de CT&I em saúde e das políticas de proteção social, voltadas à redução das desigualdades e à ressignificação social de grupos estigmatizados, bem como atuar de modo crítico diante de projetos que vão de encontro a essas políticas e à garantia da saúde como direito universal.
4. Estruturar mecanismos institucionais coordenados de observação permanente de políticas públicas de saúde, na perspectiva de avaliar seus impactos para o SUS e a população brasileira, de denunciar retrocessos e propor alternativas, garantindo-se, para tanto, a comunicação com os diversos grupos sociais.
5. Definir e fomentar agenda prioritária da Fiocruz do Futuro voltada para a participação integrada da instituição no desenvolvimento da CT&I para o SUS, com ênfase na determinação social da saúde e a partir do monitoramento

permanente do conhecimento e da produção em saúde vinculadas à evolução do quadro epidemiológico, sanitário, demográfico, ambiental, de saneamento básico, à garantia de direitos e das demandas e necessidades da sociedade.

6. Ampliar o papel da Fiocruz na oferta educacional pública e inclusiva, em sinergia às necessidades do SUS e do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, articulando as diversas iniciativas da instituição, fortalecendo as parcerias com as redes públicas de ensino e pesquisa, e explorando abordagens educacionais e tecnologias, inovadoras e sustentáveis, para melhor atender às demandas sociais e do sistema de saúde.
7. Desenvolver estratégias técnico-políticas de cooperação interinstitucional de base territorial, com estados e municípios, voltadas para a construção sustentável de respostas educacionais para o SUS, de modo integrado, efetivo e eficiente, articulando as competências associadas às Unidades/Escritórios da Fiocruz e aos parceiros locais, em cada contexto e território.
8. Investir no complexo assistencial da Fiocruz, fomentando a integração dos serviços de saúde da Fiocruz nas suas diversas modalidades de atenção, na perspectiva da atenção integral à saúde.
9. Fortalecer a atenção de referência prestada pela Fiocruz nas áreas da saúde da mulher, da criança e do adolescente, nas doenças infecciosas, nas práticas integrativas, incluindo a medicina indígena, e na atenção básica à saúde, considerando a diversidade sociocultural e territorial e o cuidado integral centrado nas pessoas, aliando elevado padrão técnico-científico e capacidade de produzir inovação e desenvolver padrões de referência a serem incorporados aos demais serviços do sistema de saúde, inclusive na formulação de políticas para essas áreas, nos diferentes níveis de atenção.
10. Fortalecer o papel da Fiocruz, de forma integrada e coordenada, como instituição de preparação (*preparedness*) e resposta para emergências de saúde pública de elevada relevância social e econômica, incluindo a abordagem da Saúde Única, em apoio ao sistema nacional de vigilância em saúde, garantindo a infraestrutura necessária de CT&I para essa finalidade, de forma a assegurar sua capacidade de formação de profissionais, de assistência de referência, de diagnóstico, de realização de ensaios laboratoriais, de análise epidemiológica, de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico, de produção e fornecimento de insumos e serviços para saúde e inovação para a sustentabilidade e a efetividade do SUS e da saúde global.
11. Fortalecer a vigilância em saúde em uma perspectiva abrangente – que integre promoção da saúde, prevenção de doenças, controle de endemias, epidemias emergentes e a reemergentes, controle de condições crônicas, emergências ambientais e a saúde nas fronteiras - mediante integração dos aspectos oriundos da vigilância genômica, vigilância imunológica e manejo de grandes volumes de dados (*big data*) aos aspectos já tradicionais do campo, em articulação com a atenção à saúde.
12. Contribuir para ampliar a capacidade do SUS de promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação da saúde, atuando como referência nacional para as

questões científicas, e tecnológicas, educacionais, informacionais e comunicacionais relativas ao controle da qualidade de produtos, ambientes e serviços em conformidade com a Política Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

13. Propor políticas e estratégias de organização de redes de serviços capazes de realizar os cuidados necessários aos sujeitos acometidos pelas consequências e sequelas da Covid-19.
14. Investir na construção de conhecimentos e metodologias que fortaleçam a Atenção Primária em Saúde como modelo territorializado de produção de cuidado integral à saúde e base de organização do sistema de saúde, que compreenda ações intersetoriais e inserção em redes de atenção à saúde, buscando garantir a saúde e o bem-estar das pessoas ao longo do ciclo de vida.
15. Fortalecer a Promoção da Saúde na Atenção Primária em Saúde, com foco na abordagem das violências, dos marcadores sociais da diferença e da saúde mental nos territórios.
16. Propor formas de combater por meio do SUS e suas redes o envenenamento alimentar sistêmico da população brasileira e demais agravos à saúde relativas à exposição à degradação ambiental, organizando uma rede de registros, estudos e de formação de profissionais para atuação em regiões vítimas de uso sistemático de agrotóxicos e outras substâncias tóxicas empregadas em atividades econômicas como mineração, garimpo, entre outras.
17. Desenvolver estratégias de comunicação, com amplo alcance popular e com diferentes segmentos da sociedade que sejam mais assertivas na defesa do Sistema Único de Saúde, fortalecendo o exercício da cidadania, mantendo-se aberta às manifestações e demandas dos diferentes grupos sociais, ampliando o diálogo com a sociedade nos diferentes territórios, respeitando os saberes locais e a circulação do conhecimento, combatendo as notícias falsas, contribuindo para maior participação do controle social nas definições dos rumos, das políticas e diretrizes do SUS.
18. Assegurar a implementação efetiva das políticas institucionais voltadas ao diálogo com a sociedade, garantindo ações de informação, comunicação e divulgação científica pautadas pela ênfase no interesse público, voltadas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
19. Fortalecer a divulgação científica, a popularização da ciência, a informação e comunicação em saúde como áreas finalísticas estruturantes e estratégicas para o SUS e para o exercício da cidadania, estimulando a participação cidadã nas ações e pesquisas desenvolvidas, buscando ampliar o diálogo com a sociedade e a circulação e construção do conhecimento acessível a todos, e contribuir para o fortalecimento da participação e do controle social nas definições dos rumos, das políticas e das diretrizes do SUS.
20. Contemplar nas ações de memória, comunicação, informação e divulgação científica a diversidade da população brasileira em seus aspectos cultural, étnico, regional e social, bem como seus diferentes contextos.

5.2 - TESE 2

TESE 2. A Fiocruz enquanto ator global estratégico de Estado em saúde deve ter um posicionamento político no cenário internacional de apoio ao desenvolvimento de estratégias de Estado, e de cooperação técnica com redes globais de saúde, com entidades multilaterais e plurilaterais e com sistemas nacionais de saúde, Estado e sociedade, com vistas ao fortalecimento de políticas e ações sanitárias mundiais anticíclicas, e o desenvolvimento, a incorporação e o compartilhamento de inovações científico-tecnológicas de alto nível em saúde, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável e da cooperação solidária para reduzir assimetrias internacionais e dar sentido nacional e institucional para a implementação da Agenda 2030.

QUESTÃO: Entendendo que a saúde se transformou em um elemento importante da geopolítica, qual será a estratégia de atuação internacional para os próximos anos?

DIRETRIZES

1. Promover uma atualização estratégica das atividades de C&TI da Fiocruz, buscando a ampliação de sua atuação internacional por meio de projetos conjuntos e presença significativa nos processos de desenvolvimento, para a necessária autonomia científica e tecnológica que permita redução da dependência atual de importação de produtos e conhecimentos de instituições estrangeiras.
2. Implantar uma política institucional de internacionalização de C&TI da Fiocruz que favoreça a inserção integrada das suas atividades de inovação em ambientes de densidade científica e tecnológica, induzindo maior avanço da ciência em nossa instituição, assim como o desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias e produtos de interesse do SUS, do setor acadêmico e das áreas estratégicas da ciência e tecnologia, fortalecendo processos solidários, como desenvolvimento de sistemas de saúde e de CT&I em saúde com países de maior fragilidade econômica e social.
3. Promover ações de inserção internacional, como a constituição de laboratórios, centros de referência e escritórios em parceria com instituições científicas e tecnológicas estrangeiras ou representações em instalações físicas próprias no exterior, especialmente nos centros tecnológicos e assistenciais de excelência no século XXI.
4. Avançar para a inserção da instituição como um ator global no desenvolvimento e produção de insumos e tecnologias para a saúde, a exemplo de vacinas, bioprodutos, medicamentos, fármacos e serviços diagnósticos, mediante expansão da oferta de insumos e tecnologias de saúde para a América Latina e África, atuando como um polo de desenvolvimento e produção.
5. Empreender um vigoroso programa de formação, qualificação e alocação temporária de recursos humanos no exterior, consolidando acordos internacionais já estabelecidos e fomentando a criação de novos, tanto para o desenvolvimento de projetos assistenciais, científicos e tecnológicos quanto

para a formação em áreas estratégicas, considerando a necessidade de reverter a assimetria de oportunidade em função de gênero, raça, etnia, classe social e diversidade funcional.

6. Impulsionar ações de fomento a programas de cooperação bilaterais ou multilaterais, visando a prospecção de novas parcerias entre Fiocruz e outras instituições de assistência, produção, pesquisa e ensino, bem como órgãos de governo, além de consolidar parcerias já existentes, por meio de propostas de pesquisa integradas e colaborativas, em temas de interesse estratégico para o cumprimento da missão da Instituição, visando o fortalecimento de sistemas públicos de saúde e de CT&I.
7. Consolidar parcerias institucionais internacionais nas áreas de vigilância, atenção e promoção da saúde, de gestão, de educação, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico e produção para o fortalecimento de sistemas públicos de saúde e de C&TI no contexto da cooperação estruturante em saúde.
8. Reforçar o papel da Fiocruz na diplomacia da saúde, como base na estratégia de internacionalização da Fiocruz, com ênfase na cooperação estruturante, na atuação em rede e na defesa dos sistemas universais de saúde, guiada pelos princípios da universalidade, solidariedade internacional, e da equidade, de modo a reduzir as assimetrias internacionais em saúde
9. Reforçar o papel da Fiocruz na liderança, no cenário nacional e regional, com vistas à concepção e implementação dos objetivos da Agenda 2030, tendo como sua marca principal “não deixar ninguém para trás” e “nada sobre nós sem nós”.
10. Induzir e apoiar o ingresso de grupos da Fiocruz como centros colaboradores, laboratórios de referência internacionais e centros de conhecimento da Opas/OMS, além de estruturar ações integradas dos Centros Colaboradores Opas/OMS, já existentes, com as áreas da Fiocruz para estabelecimento de uma agenda estratégica no âmbito da saúde global sob a perspectiva da saúde única, e de prospectiva do impacto na saúde causado pelo aceleração das mudanças climáticas, principalmente no continente americano.
11. Monitorar constantemente o cenário global de saúde em busca de indícios de novos focos de doenças que possam se tornar epidêmicos/ pandêmicos e propor ações e soluções articuladas com seu corpo técnico- científico e unidades tecnológicas e de produção a fim de desenvolver novas tecnologias/ produtos que possam ser prontamente disseminadas/produzidas/mobilizadas no combate a essas doenças, bem como alertar/sensibilizar as autoridades de saúde sobre o risco potencial para permitir ações efetivas de vigilância epidemiológica e controle sanitário.
12. Capacitar e treinar o corpo técnico-científico para estabelecer critérios e ações de investigação epidemiológica com foco em saúde global.
13. Fortalecer a articulação da Fiocruz com instituições internacionais que promovam a Ciência Aberta (Acesso Aberto e Dados Abertos), como um conjunto de estratégias colaborativas de desenvolvimento da ciência e de livre circulação da informação científica, sem prejuízo à proteção adequada do conhecimento produzido na Fiocruz quando aplicável, valorizando os

conhecimentos tradicionais, e a necessidade de reverter a falta de paridade participativa, a partir de ações de reconhecimento identitário e redistribuição de oportunidades (Aberto à Sociedade).

14. Fortalecer a ação da Fiocruz na construção de estratégias nacionais e internacionais vinculadas aos desdobramentos e compromissos da Década do Envelhecimento Saudável (2020-2030)
15. Buscar o protagonismo no atendimento às demandas para fornecimento de vacinas em situações de emergências sanitárias na esfera mundial, incluindo América do Norte, Europa, Oceania e Ásia, reafirmando o papel da Fiocruz como parceiro estratégico da OMS na produção e fornecimento de imunobiológicos.
16. Fortalecer a atuação dos Laboratórios de Referência Internacionais da Fiocruz junto à OPAS e OMS no esforço das instituições de avaliar a qualidade de produtos estratégicos para a saúde (vacinas, medicamentos, outros) a serem disponibilizados a países da América Latina e África para o enfrentamento de emergências sanitárias e de doenças negligenciadas.

5.3 - TESE 3

TESE 3. A Fiocruz é capaz de se reconfigurar para ampliar seu potencial de gerar novos conhecimentos, serviços e produtos para a sociedade mediante prospecção, investimentos em áreas-chave e, principalmente, pelo fortalecimento de sua capacidade de articular os diferentes componentes da cadeia de inovação e de promover ações de educação, nos campos do patrimônio cultural, da assistência à saúde, da divulgação científica, da informação e comunicação e do desenvolvimento tecnológico e produção, como fatores decisivos para um padrão de desenvolvimento de uma sociedade sustentável, comprometida com o caráter público e universal do SUS.

QUESTÃO: Considerando o papel de Instituição pública e estratégica de Estado e a sua missão institucional, como a Fiocruz pode reorganizar seu sistema de CT&I para ampliar sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, democracia e com equidade, por meio da geração de conhecimento, inovação e disponibilização de novos produtos e serviços à sociedade?

DIRETRIZES

1. Fortalecer, nas políticas de indução à geração de conhecimento e inovação da instituição, mecanismos que estimulem a elaboração de projetos interdisciplinares e colaborativos de abordagem a problemas de saúde pública, conjugando diferentes áreas de conhecimento (ciências biomédicas, saúde coletiva, ciências sociais e humanas, pesquisa clínica), para um mesmo problema, de maneira integrada.
2. Reforçar e avançar na visão de futuro do Programa Inova, em alinhamento às diretrizes das políticas institucionais, para crescentemente incorporar o ciclo da cadeia de inovação, orientado por desafios e demandas da sociedade e necessidades do SUS, abrangendo as áreas críticas do conhecimento, desde as inovações sociais até as inovações características da revolução científica e tecnológica em curso.
3. Orientar a agenda de indução à inovação sócio-tecnológica, considerando as demandas da sociedade, a partir do portfólio prospectivo de inovação, das unidades de pesquisa, tecnológicas e de produção da Fiocruz, incentivando o potencial de desenvolvimento tecnológico e produtivo da instituição pelo fortalecimento dos NIT, de modo a ampliar a potencialidade de incorporação de produtos e serviços em saúde desenvolvidos internamente ao portfólio de inovação destas unidades.
4. Ampliar, articular, diversificar e integrar a formação técnico-científica em todos os níveis na Fiocruz, de modo a contribuir para o desenvolvimento e a implementação de processos de produção dos novos serviços e produtos para o SUS e a sociedade, de maneira inclusiva e emancipatória, com vistas à produção e compartilhamento mais equânime do saber em saúde, no enfrentamento à histórica desigualdade no acesso e no reconhecimento das múltiplas formas de construção de conhecimento.

5. Fortalecer a infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e produção, e priorizar recursos para projetos que permitam o ingresso do Brasil na revolução científica e tecnológica em curso (internet das coisas, métodos alternativos ao uso de animais, inteligência artificial, trabalho com grandes bases de dados, conhecimentos de fronteira em genética, impressão 3D, nanotecnologia, novas infraestruturas e plataformas requeridas às ciências da saúde, às ciências sociais e à saúde coletiva, entre outros), abarcando as áreas biomédicas, as pesquisas em sistemas de saúde, ciências humanas e sociais, as tecnologias de informação e comunicação e o uso sustentável da biodiversidade.
6. Valorizar o estabelecimento de ambientes de inovação e empreendedorismo em saúde na Fiocruz, para fortalecimento do SUS, em busca de inovações disruptivas e incrementais em ciência e saúde, com a lógica de aceleração e incubação de empresas, cooperativas e outras formas associativas de grupos de pesquisa: ideação, pré-aceleração, aceleração e incubação, promovendo a integração com a sociedade para soluções em saúde, priorizando parcerias público-público e pública-privadas, avançando na criação de Hubs de inovação com startups, spin-offs e outras modalidades.
7. Fortalecer e modernizar as coleções biológicas, biobancos, biorrepositórios e o Centro de Recursos Biológicos (CRB), assim como as atividades em Ciência em Animais de Laboratório, a infraestrutura, o uso ético de biomodelos animais dentro do conceito dos 3Rs (refinamento, redução e substituição) e os processos de criação e experimentação animal e métodos alternativos, em apoio à pesquisa, e ao desenvolvimento tecnológico, produção e inovação, e em suporte à entrada do país na revolução científica e tecnológica em curso, envolvendo também ações de qualidade e gerenciamento de riscos.
8. Fortalecer, ampliar e manter a capacidade institucional, com base no advento de práticas de gestão de dados para pesquisa (inclusive “*big data*”) e de Ciência Aberta, de integrar, disponibilizar e preservar dados de distintas fontes para gerar conhecimentos científicos e evidências para políticas públicas em prol da cidadania, da equidade e do interesse público.
9. Implementar políticas institucionais comprometidas com a Ciência Aberta, de forma a tornar o processo de produção científica mais transparente e dialógico com a sociedade, discutindo os sistemas de avaliação da ciência e adotando de forma socialmente responsável a livre circulação do conhecimento científico, defendendo condições simétricas nas relações com grupos editoriais, instituições e grupos de pesquisa de diferentes países.
10. Intensificar a integração entre os diferentes níveis e modalidades de formação nas e entre as diferentes unidades da instituição, incentivando eixos e disciplinas compartilhadas, bem como favorecendo o intercâmbio de discentes e docentes.
11. Fortalecer e ampliar o campo da divulgação científica e popularização da ciência, implementando e monitorando a Política de Divulgação Científica, de forma a combater a desinformação científica, facilitar a apropriação do conhecimento científico pela população, promover a aproximação da ciência às

necessidades da sociedade e a participação da população nos temas científicos e tecnológicos que impactam seu cotidiano

12. Fortalecer as ações relacionadas à Vigilância em Saúde de forma a acompanhar o avanço tecnológico e buscar estratégias inovadoras nos âmbitos da avaliação de risco de produtos e processos de interesse para a saúde, dos ambientes, dos diversos serviços ofertados pelos laboratórios de referência e dos cursos de capacitação na área oferecidos pela Fiocruz.
13. Fortalecer práticas que aproximem a dimensão sociocultural da ciência e ações de memória do sistema de inovação da Fiocruz, como componentes de sua concepção e dinâmicas política, econômica e social.
14. Fortalecer e buscar inovações na curadoria, na preservação e no acesso, em suas modalidades físico e digital, dos acervos científicos e culturais como ações estratégicas para comunicação, informação, educação, divulgação científica, popularização da ciência, produção científica e transformação digital, integrando ações de preservação do patrimônio, organização, modernização e difusão dos acervos científicos e culturais em saúde (componentes museológicos, bibliográficos, digitais, arquivísticos, arquitetônicos e biológicos), que permitam estabelecer a infraestrutura necessária para a salvaguarda do patrimônio científico e cultural, bem como desenvolver metodologias, tecnologias e políticas para a preservação dos acervos e ampliação do acesso ao conhecimento produzido pela Fiocruz.
15. Intensificar a construção e consolidação de estratégias de produção de conhecimento compartilhado entre a ciência e o saber popular no âmbito da Vigilância Territorial Integrada e Participativa/Vigilância Popular em Saúde.
16. Implementar políticas institucionais comprometidas com a promoção de Educação Ambiental Crítica de forma transversal em todas as suas atividades educacionais.
17. Elaborar políticas de proteção e valorização dos saberes tradicionais em saúde de comunidades, como quilombolas e povos originários.
18. Inovar no modelo de gestão tecnológica da Fiocruz para solucionar os desafios vigentes, promovendo de forma mais eficiente e eficaz a transformação do conhecimento e do capital intelectual gerados pela Instituição em produtos e serviços inovadores, capazes de gerar soluções em saúde, recursos financeiros e diferencial competitivo para Fiocruz.
19. Fomentar a integração da oferta educacional da Fiocruz, da educação básica à pós-graduação, visando fortalecer a ideia da “Escola em Rede”, na perspectiva do Sistema Fiocruz, de modo a responder às necessidades educacionais do SUS e da sociedade, em geral.
20. Considerar o novo paradigma ecológico para realização da inovação de produtos da biodiversidade, fármacos e medicamentos, promovendo a integração da expertise institucional com outras instituições brasileiras na pesquisa e desenvolvimento em rede.

5.4 - TESE 4

TESE 4. A Fiocruz deve priorizar uma agenda científica estratégica alinhada aos desafios da sociedade e do Sistema Único de Saúde e baseada em redes e plataformas sustentadas por moderna infraestrutura, tecnologias e modelos inovadores de produção e gestão da ciência e do conhecimento, garantindo a redução das desigualdades.

QUESTÃO: Em que sentido deve se dar a atualização da agenda científica de futuro da Fiocruz, alinhada aos desafios da sociedade e às novas formas de produção da ciência?

DIRETRIZES

1. Avançar na atualização da agenda de pesquisa de futuro da Fiocruz tendo por base o enfrentamento dos desafios contemporâneos globais da saúde, que incluem aqueles advindos de uma expectativa de vida mais longa e suas patologias crônico-degenerativas associadas - câncer, problemas metabólicos, neurológicos, saúde mental, e cardiovasculares -, da globalização e suas consequências climáticas e ambientais, das transformações no mundo do trabalho, do surgimento de um agente patogênico ou reemergência, epidemias, resistência de patógenos a fármacos, do surgimento de novos produtos com tecnologias não comprovadas, de transformações sociodemográficas, epidemiológicas e nos sistemas de saúde, além, no caso do Brasil, dos problemas relacionados às desigualdades sociais e iniquidades sociais e à violência. A agenda deve considerar as características da revolução tecnológica em curso: inteligência artificial, trabalho com grandes bases de dados, biomatemática, conhecimentos de fronteira em genética, impressão 3D no contexto da bioengenharia e biomateriais, nanotecnologia, microfluídica, fluidodinâmica, biomodelos, bioinformática, humanidades digitais, taxonomia integrativa, entre outros.
2. Ampliar conhecimento no campo educacional e fazer prospecção de modo a introduzir, metodologias de ensino-aprendizagem, promovendo novas estratégias e abordagens pedagógicas no âmbito das ciências biomédicas, humanas, sociais e em saúde coletiva para incorporar os desafios e as oportunidades das novas plataformas de conhecimento advindas da revolução científica e tecnológica em curso, promovendo inovação, integração e intersetorialidade para a promoção da saúde, em diálogo com as demandas e contextos sociais.
3. Promover a criação e o uso de plataformas virtuais de colaboração científica, que gerem interacionismo e cooperação científica e social, integrando instituições, pesquisadores, gestores e a população, na perspectiva de uma ciência cidadã.
4. Ampliar as ações que envolvem o futuro do SUS, com a inclusão, monitoramento e avaliação de tecnologias inovadoras, disruptivas e assistivas, que modernizem, estructurem e agilizem a produção do cuidado integral em saúde e a garantia de direitos, principalmente do acesso a novas plataformas de educação, informação e comunicação, e ampliando a aproximação com diferentes grupos sociais

5. Promover a disponibilização de conhecimento e soluções tecnológicas que possibilitem o processamento integrado de informações geradas pelas políticas públicas de forma que múltiplas camadas transdisciplinares e intersetoriais possam ser examinadas a partir de problemas de ordem global, regional nacional, subnacional, local e territorial.
6. Estimular e fomentar pesquisas que avaliam a percepção pública sobre assuntos relacionados à atuação da Fiocruz no campo da Ciência e da Saúde como componente estratégico para subsidiar as ações de diálogo com a sociedade.

5.5 - TESE 5

TESE 5. A Fiocruz deve se preparar imediatamente para dar sustentação ao SUS diante dos novos desafios advindos das transformações econômicas, sociais, epidemiológicas, políticas e da CT&I em curso, prospectando, selecionando e incorporando novas metodologias e abordagens técnico-científicas (como a inteligência artificial, a digitalização em larga escala e a fusão entre as tecnologias de informação e de base biológica). Nessa preparação, os avanços científicos, tecnológicos e inovativos devem atender aos preceitos da sustentabilidade e da equidade social, em diálogo permanente que respeite a sociodiversidade e a dignidade dos povos e comunidades.

QUESTÃO: Quais mudanças precisarão ser introduzidas na infraestrutura e nos processos de trabalho para o enfrentamento das transformações na base técnico-científica, convergentes com a nova realidade do CEIS 4.0 e aquelas necessárias ao fortalecimento e ampliação do SUS?

DIRETRIZES

1. Fortalecer e ampliar o papel da Fiocruz na formulação de políticas públicas e de atividades de prospecção no âmbito do CEIS no atual contexto de Revolução Tecnológica, preparando o país para a enfrentar os novos desafios que incorporam intensamente as tecnologias de um novo paradigma, considerando a perspectiva ecológica, para a indústria e os serviços (CEIS 4.0), como a inteligência artificial, a digitalização em larga escala e a fusão entre as tecnologias de informação e de base biológica, preservando a dignidade humana e atentando aos potenciais riscos à saúde, galgando as políticas e ações institucionais em princípios e valores em defesa da vida e da biodiversidade.
2. Implementar ações institucionais e interinstitucionais que contribuam para a interação da Fiocruz com o setor produtivo-industrial do CEIS e realização de parcerias em projetos de inovação e produção, visando orientá-los para as necessidades do SUS, determinadas a partir de ampla participação da sociedade civil, com autonomia produtiva, sustentabilidade econômica e tecnológica, possibilitando o desenvolvimento e a produção de itens que não necessariamente são de interesse da maioria das indústrias, visando consolidar uma política de saúde universal, equânime e soberana.
3. Implementar projetos estratégicos voltados para pesquisa, inovação e desenvolvimento de imunobiológicos, farmoquímicos, kits diagnóstico, medicamentos e bioprodutos, incluindo estudos e avaliações que contemplem questões como medicina personalizada, inteligência artificial e saúde digital, tornando estas tecnologias acessíveis à população brasileira, como a produção de vacinas contra a Covid-19 e a construção do Centro de Biotecnologia em Saúde de Santa Cruz, por meio de colaborações científicas e parcerias estratégicas com instituições e empresas que invistam no Brasil para reduzir a vulnerabilidade do SUS.
4. Implementar ações para que os serviços assistenciais de referência, laboratórios de referência, coleções biológicas e de controle de qualidade em saúde da Fiocruz, sejam inseridos como componentes estratégicos do CEIS, considerando

que é nos serviços que se realiza o acesso e parte essencial da cadeia de pesquisa e de inovação em saúde.

5. Fortalecer a pesquisa, a inovação e os serviços tecnológicos para atividades voltadas à PD&I, em áreas, temas, tecnologias e produtos que fortaleçam o CEIS e ampliem o atendimento às necessidades do SUS e do SNCT&I, utilizando-se de plataformas integradoras, da diversidade de fontes e sistemas de informação, protegendo o interesse público e em especial as populações vulnerabilizadas.
6. Identificar as principais lacunas de atualização tecnológica nas diversas áreas de atuação da Fiocruz e implementar um plano de modernização do parque de equipamentos e trilha de aprendizagem, baseado nos principais requisitos do novo paradigma tecnológico, numa política institucional de incorporação tecnológica, considerando a adoção de tecnologia assistiva e a promoção da inclusão e da acessibilidade, alinhado ao plano diretor de infraestrutura dos campi.
7. Estruturar um ambiente de prospectiva em CT&I em Saúde que fortaleça a capacidade de proposição de tecnologias e soluções aos desafios nacionais e globais de saúde, considerando o ciclo de vida, a equidade de raça e gênero, a longevidade e a emergência, distribuição e modificação de agravos à saúde, em especial aquelas associadas à pobreza, à discriminação, à deterioração do meio ambiente, à grupos sociais vulnerabilizados e à doenças negligenciadas, emergentes e invisibilizadas.
8. Promover estratégias coordenadas e prover infraestruturas que ampliem a capacidade tecnológica da Fiocruz de desenvolver ou incrementar políticas e programas institucionais (da ciência aberta, educação aberta, memória, preservação e acesso físico e digital, informação e comunicação, divulgação científica, entre outras), para estabelecimento de padrões, protocolos, ferramentas e tecnologias, gestão e curadoria, para fortalecimento da capacidade de armazenamento e processamento de dados, em acordo com o novo paradigma tecnológico.
9. Identificar necessidades de formação de pessoal para a atualização científica tecnológica na P&D, na gestão, nos serviços de saúde e na produção, e promover estratégias inclusivas e com suporte em projetos, para o desenvolvimento de ações educacionais pertinentes à qualificação de profissionais, observando diferenças e características funcionais.
10. Incentivar e fortalecer projetos colaborativos na Fiocruz, nacionais e internacionais, que ampliem a discussão da bioética e integridade na ciência e tecnologia, a capacidade de processamento, armazenamento e integração de dados a partir de uma arquitetura de informação sistêmica, a produção e monitoramento de indicadores e análises para subsidiar a tomada de decisão e de formulação de políticas públicas baseadas em evidência, em diálogo com a sociedade.
11. Prospectar e construir estratégias de atuação da Fiocruz no âmbito da Saúde Digital, com base na análise crítica quanto à ampliação de acesso, limites e

possibilidades na produção de cuidado integral à saúde e efeitos na garantia de direitos e cidadania, que possam avançar na transversalidade com as temáticas de saúde animal e meio ambiente, como a vigilância de emergência e reemergência de doenças com potencial pandêmico. Essas estratégias devem permitir o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, plataformas e sistemas interoperacionais, abertos, de uso múltiplo e georreferenciado de dados, de modo que apoiem estratégias de alcance de resultados em diversas escalas e periodicidades.

12. Promover a adequação da Fiocruz (infraestrutura, conhecimento, processos, capacitação) à Lei de Acesso à Informação e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), à Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS) e à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), integrando as iniciativas em curso e desenvolvendo as competências instaladas.
13. Desenvolver ações de Transformação Digital, na perspectiva de ampliação dos serviços, pesquisa e assistência, plataformas de ensino e fomento a espaços de simulação e habilidades realísticas, para uma Saúde Digital convergente com os princípios constitucionais do SUS e que valorize a incorporação de tecnologias digitais em saúde, na concepção de uma Promoção da Saúde Emancipatória.
14. Reforçar a integração e padronização administrativa e tecnológica, a eficiência e a eficácia dos processos institucionais, pela disseminação do conhecimento normativo, compartilhamento de dados, informações e sistemas, serviços e infraestrutura, para compor a sinergia institucional e alcançar ganhos de escala, diminuição do custo processual e ganhos de qualidade, na perspectiva de uma arquitetura que valorize a transparência e a integração das plataformas de Fiocruz.
15. Fomentar ecossistemas indutores de inovação na Fiocruz, com processos, tecnologias, pessoas e estratégias em conformidade com a missão institucional, incentivando a cadeia de desenvolvimento científico, tecnológico do CEIS na busca por soluções para os problemas que afetam a sociedade.
16. Promover e implementar estratégias de segurança da informação e comunicação que permitam apoiar ações de pesquisa e inovação nos serviços tecnológicos especializados do novo paradigma tecnológico, a fim de mitigar riscos estratégicos e operacionais.
17. Avançar na implementação das normativas contidas no Marco Legal da C,T&I, Marco de Startups e outras legislações voltadas para a saúde digital, ciência de dados e ciência aberta, com o fortalecimento da política de inovação da Fiocruz e dos Núcleos de Inovação Tecnológica-NITs, incluindo orientações para o destravamento de soluções tecnológicas e para a parceria público-privada focada nos interesses do SUS.

5.6 - TESE 6

TESE 6. A Fiocruz deve contribuir ativamente para a formulação de políticas públicas equitativas e democráticas, a partir da produção de evidências sobre as inequidades e desigualdades em saúde, na ciência e na educação explicitando os seus processos de determinação socioambiental. Ao mesmo tempo em que deve organizar a distribuição de seus serviços e produtos, assim como recursos de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, em consonância com o princípio da equidade, interseccionalidade e dos direitos humanos e com o fortalecimento de ações intersetoriais e de gestão participativa que valoriza dimensões de gênero, sexualidades, raça, etnia, diversidade funcional, em especial atenção às populações socialmente vulnerabilizadas e ao enfrentamento de toda e qualquer forma de discriminação e exclusão.

QUESTÃO: Como potencializar a atuação da Fiocruz no combate às desigualdades sociais e à fome?

DIRETRIZES

1. Desenvolver estratégias de monitoramento e vigilância popular para redução de iniquidades em saúde, em cooperação com os movimentos sociais, de forma a reunir indicadores, informações e análises sistematizadas quanto às diversas formas de desigualdades e iniquidades sociais que afetam a saúde, identificando suas relações com processos estruturais para construção de conhecimento e formulação de políticas públicas saudáveis, com base em evidências científicas.
2. Fortalecer a inserção do caráter nacional da Fiocruz, público e estratégico para o SUS, em todos os programas da instituição, articulando a visão nacional com a redução de assimetrias e das desigualdades regionais, mediante parcerias institucionais que fortalecem o Sistema Fiocruz de CT&I, nos contextos locais, regionais, nacionais e globais, em articulação com os movimentos sociais, com orientação de reserva de participação por gênero, raça, etnia, diversidade funcional e classe socioeconômica.
3. Estabelecer, nos vários âmbitos de atuação institucional e em diálogo com os movimentos sociais, ações afirmativas e de respeito às diversidades, com inclusão efetiva das populações vulnerabilizadas por práticas excludentes e preconceituosas, promovendo uma atuação de enfrentamento ativo ao racismo estrutural, das diferentes expressões de capacitismo, inclusive o estrutural, e todas as formas de intolerância, discriminação e violência decorrentes de desigualdades sociais, políticas, territoriais, de status migratórios, geracionais, idadismos, raciais, étnicas, religiosas, de identidade de gênero, sexualidades, diversidade funcional, patologias e síndromes raras.
4. Desenvolver em cooperação com atores sociais dos territórios e populações vulnerabilizados, ações de pesquisa, educação, prevenção, atenção e promoção da saúde, popularização da ciência, conservação ambiental, regeneração socioambiental, comunicação e divulgação científica, para o enfrentamento, mitigação e superação de violências (estrutural, intrafamiliar, conjugal, comunitária e institucional), de exclusão social, econômica, comunicacional e

digital, (acesso à internet, por exemplo), e de promoção de um habitat saudável, contribuindo com a estruturação de territórios saudáveis e sustentáveis e apoio ao protagonismo local.

5. Promover, divulgar e expandir estratégias de inclusão social na instituição, especialmente para jovens em situação de maior vulnerabilidade, por meio de ações afirmativas e de promoção de acessibilidade, de incentivo e de apoio à permanência na escola e à continuidade na formação e carreira científica (implementação de uma política de assistência estudantil), respeitando as características culturais e territoriais nas quais estão inseridos.
6. Fortalecer a perspectiva dos direitos humanos, econômicos, culturais, ambientais e de solidariedade, na produção do cuidado integral em saúde, nas atividades acadêmicas e na formulação de políticas públicas saudáveis.
7. Expandir ações de acessibilidade e inclusão na Fiocruz, tendo o Comitê Pró-igualdade de Gênero e Raça e o Comitê pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, como instâncias consultivas e fomentadoras das políticas institucionais inclusivas e acessíveis, com a participação dos movimentos sociais emancipatórios, por meio de normas e diretrizes sobre ações afirmativas e de respeito à diversidade no combate às iniquidades e todas as formas de intolerância e discriminação.
8. Fortalecer ações relacionadas ao conhecimento, à conservação ex-situ, à preservação e restauração da biodiversidade e do ambiente, para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, considerando os ODS e a Agenda 2030 de forma a transcender a perspectiva convencional do aspecto terapêutico e preventivo das doenças e agravos, assumindo a perspectiva de promoção da saúde, priorizando a articulação de políticas públicas promotoras de um habitat saudável, especialmente quanto à seguridade fundiária, qualidade da habitação, acesso ao saneamento básico e à água.
9. Expandir a Agenda Jovem Fiocruz, fortalecendo ações de literacia digital em saúde e educação entre pares, ações capazes de contribuir para a promoção da educação cidadã, incluindo a formação para o trabalho, emprego e geração de renda, em especial da população jovem em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho, e a mobilização juvenil para a defesa do SUS e enfrentamento das questões de discriminação de gênero, raça, etnia e outras.
10. Promover na Fiocruz uma agenda de popularização da ciência, arte, cultura e saúde, que funcione a partir de plataformas colaborativas, como polo catalisador do encontro de diferentes campos do conhecimento, integrando as diversas iniciativas com ampla participação, e por meio de uma comunicação dialógica com diferentes territórios (realidades), respeitando os saberes tradicionais locais e mediante a aproximação com movimentos sociais e associações profissionais, grupos artísticos e culturais dos territórios vulnerabilizados, priorizando uma articulação com a agenda 2030.
11. Ampliar a acessibilidade dos produtos e ações da Fiocruz na área de pesquisa e educação, incluindo estratégias de ampliação do acesso digital aos seus acervos, a fim de garantir o direito ao conhecimento científico.

12. Implementar uma estratégia institucional de combate à fome e à calamidade social como forma de enfrentar e prevenir doenças e agravos de saúde provenientes dessa vulnerabilidade social emergente, sobretudo em populações em situação de vulnerabilidade.
13. Estabelecer uma política de sustentabilidade que reforce a adoção de tecnologias de redução dos impactos ambientais (manejo de resíduos, engenharia reversa) e estabeleça diretrizes para uma organização cooperativa, eficiente e de geração de subprodutos sem risco a saúde pública.
14. Desenvolver estratégias para redução das iniquidades entre as diferentes categorias de trabalhadores da Fiocruz.
15. Instituir uma política institucional de manutenção de alunas e alunos nos cursos em todos os níveis de ensino.
16. Apoiar institucionalmente o “Coletivo Negro da Fiocruz”, iniciativa de alunos e alunos da pós-graduação, incluindo-o em fóruns e agendas institucionais, cuja questão das desigualdades étnico-raciais se imponham, como o Comitê Pró-Equidade da Fiocruz e demais comitês semelhantes nas diferentes Unidades Técnico-científicas.
17. Expandir a reflexão institucional sobre o papel da educação crítica e reflexiva, formal e não formal, no combate às desigualdades em saúde, na participação e mobilização social diante das questões sanitárias e do SUS, a partir do incentivo à pesquisa neste campo e à inovação pedagógica, de modo a construir evidências e orientações para as políticas públicas.
18. Intensificar a formação e capacitação docente na Fiocruz, de modo a fortalecer a inclusão e assegurar as condições de permanência de populações vulneráveis, propostas pelas políticas de acessibilidade e pelas ações afirmativas em processo de implementação na instituição.
19. Fortalecer as práticas integrativas e complementares em saúde visando o desenvolvimento de evidências científicas dessas práticas de cuidado junto as populações vulnerabilizadas.

5.7 - TESE 7

TESE 7. A Fiocruz deve, orientada pelo princípio do trabalho digno, decente e justo e em defesa do serviço público, incorporar as transformações contemporâneas, aliando condições dignas de trabalho, preservação dos direitos, respeito às diversidades, novas formas e relações de organização do trabalho, redução das desigualdades e o bem-estar coletivo e individual.

QUESTÃO: Como a Fiocruz poderá enfrentar os desafios relacionados às mudanças no mundo do trabalho para atender a sua missão institucional e garantir resultados positivos para a sociedade e melhores condições de trabalho para os trabalhadores da saúde?

DIRETRIZES

1. Desenvolver um ambiente institucional que dê oportunidades para que os trabalhadores, independente de seus vínculos, tenham um trabalho criativo, em condições de maior autonomia, equidade, segurança e dignidade humana, com o fortalecimento das trocas intersubjetivas, do convívio social, do trabalho coletivo e da identidade institucional entre os trabalhadores da Fiocruz, nas diferentes modalidades de trabalho, quer sejam presenciais ou teletrabalho.
2. Defender a renovação e a sustentabilidade institucional, por meio da recomposição do quadro de servidores e de sua ampliação, quando necessária, com novos perfis, do fortalecimento do plano de carreiras e cargos da Fiocruz, da recomposição salarial, por meio de reposições e reajustes das tabelas de progressão do Plano, e da introdução de novos modelos de gestão de pessoas e do trabalho, coerentes com a perspectiva da Fiocruz como instituição pública, estatal e estratégica.
3. Ampliar a participação efetiva dos trabalhadores na discussão e organização dos processos de trabalho com o fortalecimento do seu papel nas tomadas de decisão e na formulação de políticas institucionais, aperfeiçoando a gestão democrática participativa.
4. Fomentar a transformação digital do trabalho institucional, incorporando tecnologias digitais ao processo de trabalho, incluindo modalidades não presenciais suportadas por essas tecnologias, como o teletrabalho e o home office, de forma a integrá-los com o trabalho presencial sem eliminar os espaços de convívio social, e considerando as desigualdades no acesso digital, a natureza do trabalho, as necessidades da gestão institucional e o bem-estar coletivo e individual, dos diferentes perfis de trabalhadores da Fiocruz.
5. Aprimorar os processos e prover as condições materiais para o desenvolvimento do trabalho na Fiocruz, promovendo a infraestrutura e o aporte de recursos, materiais e humanos, necessários para a preservação e promoção da saúde dos trabalhadores e o fortalecimento das trocas intersubjetivas, do convívio social, do trabalho coletivo e da identidade institucional entre os trabalhadores da Fiocruz para que deem respostas com qualidade e celeridade ao SUS e a sociedade.

6. Promover a cultura do respeito às diferenças através de políticas e programas inclusivos e equitativos, combatendo todas as formas de violência, intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, raciais, étnicas, religiosas, físicas ou mentais, geracionais, de identidade de gênero e de orientação sexual, de vínculo de trabalho, de diversidade funcional, de condições de saúde, de opiniões e posicionamentos, por meio da construção de políticas e estratégias que assegurem o respeito à diversidade e à equidade no mundo do trabalho e na força de trabalho da Fiocruz.
7. Promover a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, mediante contratação de profissionais, adaptação, adequação e implementação de recursos de tecnologia assistiva em ambientes educacionais, laborais e nos produtos audiovisuais, implantação de políticas inclusivas para atendimento e acompanhamento de trabalhadores, estudantes e usuários de nossos serviços para que tenham pleno direito ao exercício da cidadania, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
8. Desenvolver políticas e estratégias de formação de novos líderes e sucessores de cargos de liderança, fortemente comprometidos com os valores, ideais e compromissos da Fiocruz enquanto instituição de C,T&I em saúde e estratégica para o SUS, em consonância com as melhores práticas de gestão pública e ênfase nos melhores resultados para a sociedade, com foco na redução da desigualdade.
9. Proporcionar o desenvolvimento dos nossos trabalhadores, com base na política de qualificação, a introdução de conhecimentos e de métodos científicos e inovadores de forma a conciliar os objetivos individuais, o alcance dos resultados institucionais e melhorar os processos de trabalho em equipes e o clima organizacional.
10. Fortalecer e ampliar o Programa Fiocruz Saudável e promover a saúde física e mental do trabalhador, incluindo todas as unidades e escritórios da Fiocruz, a partir da incorporação de seus princípios aos processos de trabalho e projetos institucionais, pelas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), e do fortalecimento da capacidade de alcance dos serviços voltados a este fim, destacando a segurança alimentar e transporte corporativo, a todos os trabalhadores independente de seus vínculos e considerando a sua diversidade.
11. Desenvolver estratégias para difusão dos valores, ideais e compromissos da Fiocruz enquanto instituição pública e estratégica do SUS, da Educação e de C,T&I em saúde, para todos os seus trabalhadores e públicos/usuários.
12. Propiciar equidade nas relações e condições de trabalho, desenvolvendo a cultura de justiça organizacional, tornando as relações e as condições de trabalho simétricas entre e intraunidades, através de políticas de gestão do trabalho, promovendo a gestão participativa e combatendo inclusive situações de assédio moral entre trabalhadores da instituição e outras formas de violência institucional.
13. Desenvolver estratégias de gestão da mudança geracional e promover ações de memória, com foco no compartilhamento do conhecimento, na valorização e preservação de vínculos institucionais com os profissionais aposentados.

14. Fomentar estratégias de cuidado e promoção da saúde mental no trabalho, visando a ampliação dos espaços de discussão sobre melhorias nos processos de trabalho e o fortalecimento dos espaços de acolhimento do sofrimento psíquico.
15. Buscar o cumprimento de acordos pré-estabelecidos e ainda não implementados, como o Reconhecimento de Resultados de Aprendizagem – RRA, bem como estabelecer uma data base com recomposição anual da inflação, conforme previsão constitucional de mais de 30 anos atrás.

5.8 - TESE 8

TESE 8. A Fiocruz precisa inovar seu modelo de governança e gestão participativa, com valorização do controle social, aperfeiçoando o modelo jurídico, garantindo autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional e busca por carreiras de estado, com mudanças de caráter estrutural que assegurem maior solidez legal ao seu estatuto como instituição pública, estatal e estratégica de Estado.

QUESTÃO: Que estratégias adotar para que se alcance maior autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional?

DIRETRIZES

1. Fortalecer a atuação junto às diferentes instâncias dos três poderes visando alcançar mudanças legislativas que garantam status semelhante às universidades de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, que permitam maior estabilidade ao estatuto da Fiocruz e ao modelo de gestão participativa nele estabelecido.
2. Buscar por um instituto legal diferenciado e flexível para captação e gestão de pessoal, necessário ao cumprimento da missão institucional da Fiocruz, e que seja dada autonomia à instituição para realizar concursos públicos de reposição de cargos em decorrência de vacâncias e necessidades estratégicas, em substituição a contratos e outros vínculos precários, e para atender a ampliação de serviços institucionais.
3. Consolidar o Plano Diretor de Infraestrutura da Fiocruz, com base no plano estratégico institucional, planos setoriais específicos e a partir de diagnósticos sistêmicos distintos observando cada área de atuação e incorporando demandas institucionais atuais e prospecções, a biossegurança e a bioproteção, sobre um futuro que valorize a adoção de modernas tecnologias e plataformas integradas, um ambiente de trabalho saudável e a ampliação da capacidade produtiva e de serviços para a sociedade. O Plano Diretor de Infraestrutura deve valorizar a adoção de tecnologias de vanguarda, plataformas integradas, matrizes de trabalho atualizadas e saudáveis, garantia de acessibilidade e respeito à diversidade de gênero, uso de soluções sustentáveis, de modo a servir de base para a proteção patrimonial e ampliação da capacidade institucional de cumprir sua missão junto à sociedade.
4. Implementar modelo de gestão orientado à resultados dos serviços (Plataforma Multisserviços Fiocruz) e sua cadeia de valor, que fortaleça a integração dos processos, recursos e a efetividade dos resultados institucionais para o atendimento das demandas de ciência e saúde.
5. Intensificar a comunicação e divulgação científica da Fundação, como fator estratégico para estabelecer um amplo diálogo com diferentes setores da sociedade, buscando o fortalecimento do controle social, da imagem institucional, e da percepção pública sobre a importância da Fiocruz em defesa da ciência e da vida.

6. Avançar no fortalecimento da governança, a partir da agenda de integridade institucional, com a consolidação da Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, visando potencializar a capacidade de resposta e a sustentabilidade da Fiocruz.
7. Promover uma gestão moderna que considere criticamente as transformações digitais, sublinhando a importância de uma cultura organizacional orientada a dados, fortalecendo a inteligência cooperativa, ampliando a capacidade de análise, a tomada de decisão e os efeitos de previsão, mantendo a integração dos sistemas digitais, respeitando o diferir entre unidades, atividades e trabalhadores, sem perder o olhar humanizado e o respeito à diversidade.
8. Desenvolver a política institucional de sustentabilidade financeira para regular as atividades de captação de recursos externos, prospectando modelos alternativos de captação de recursos extra-orçamentários, observando o novo marco legal de C,T&I e demais instrumentos regulatórios, de modo a apoiar o desenvolvimento institucional, de modo complementar ao processo de contratualização / orçamentação com o Ministério da Saúde, e desenvolvendo formas integradas e coordenadas de captação, gestão e execução dos recursos, em conformidade com valores e princípios do SUS.
9. Fortalecer estratégias de cuidado jurídico aos servidores que possibilitem maior segurança na execução das atividades dentro da gestão pública.
10. Intensificar ações que promovam uma melhor articulação da Fiocruz com o Parlamento, abordando questões orçamentárias e reforçando estratégias de gestão amparadas na atuação conjunta com o Congresso, promovendo a divulgação dos trabalhos da Fiocruz junto aos congressistas e estabelecendo relações que contribuam para o diálogo com o Parlamento em temas legislativos de interesse da Fiocruz e do SUS.
11. Intensificar ações da Fiocruz com o poder Judiciário, órgãos de controle e instâncias regulatórias, como a ANVISA, a CONEP e a Secretaria de Trabalho.

5.9 - TESE 9

TESE 9. A Fiocruz, como instituição de saúde pública, deve permanentemente trabalhar com o conceito ampliado da saúde coletiva, que ultrapassa a visão da ausência de doenças e das intervenções biomédicas, sendo indispensável, para o alcance de níveis adequados de saúde para todos e todas, considerar sua determinação socioambiental e suas relações com a agenda da sustentabilidade - Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) - com reflexos primordiais nas interações internas e externas à instituição, a partir de suas ações em ensino, pesquisa, inovação, comunicação e cooperação

QUESTÃO - Como a Fiocruz deve abordar a determinação socioambiental da saúde que vem crescentemente incidindo no processo saúde-doença, nas escalas nacional e global, a partir de sua competência em ensino, ciência, tecnologia, inovação, cooperação interinstitucional e de diálogo com a sociedade civil?

DIRETRIZES

1. Engajar de forma crescente na compreensão dos efeitos da emergência climática sobre a saúde e o reflexo dessa compreensão em estratégias de prevenção, mitigação, adaptação e resposta, levando em conta que tais efeitos são fortemente marcados pelas iniquidades sociais.
2. Orientar-se por alternativas epistemológicas, teórico-conceituais, metodológicas e de práticas emancipatórias diante da emergência ambiental global e civilizatória, por meio de abordagens sistêmicas, que partam da premissa da complexidade da interdependência entre saúde, ambiente e sustentabilidade, e que dialoguem com os marcos: território, saúde coletiva, epistemologias do sul, ecologia dos saberes, promoção emancipatória da saúde, geografia crítica e humanística, cartografia social, vigilância popular em saúde, epidemiologia crítica, direitos humanos e saúde, ecologia política e justiça ambiental, no contexto do mundo sindêmico e marcado pela quarta revolução tecnológica.
3. Incidir sobre ações do Estado que possam ampliar ações sobre o risco à saúde a partir do ambiente, incluindo a formulação de políticas públicas relacionadas à determinação socioambiental da saúde, na denúncia de leniência com ações de fiscalização e licenciamento e na resistência ao relaxamento de padrões ambientais.
4. Fortalecer a realização de parcerias de estudos e pesquisas sobre o antropoceno, as alterações ecológicas associadas às doenças negligenciadas, emergente e reemergentes, considerando os processos desencadeados pelas mudanças climáticas, eventos extremos e desastres.
5. Elaborar pesquisas sobre a avaliação de impactos à saúde (AIS) de grandes empreendimentos relacionados a barragens, agrotóxicos, OGM, organismos editados geneticamente, empreendimentos hidrotensivos, mineração, desmatamentos, grandes projetos emissores de gases de efeito estufa, dentre outros, em acordo com os princípios da participação social, precaução e prevenção.

6. Intensificar as ações de saúde pública junto aos povos e comunidades tradicionais, considerando a defesa dos seus territórios e dos seus meios de vida, a diversidade étnica e a riqueza da cartografia social e dos bens comuns do país, em consonância com o arcabouço legal nacional e os acordos internacionais que o Brasil é signatário.
7. Mapear e colaborar institucionalmente para evitar ações que produzam risco à saúde a partir do ambiente, incluindo a formulação de políticas públicas relacionadas à determinação socioambiental da saúde, na denúncia de leniência com ações de fiscalização e licenciamento e na resistência ao desmantelamento da legislação ambiental brasileira.
8. Reforçar o papel da Fiocruz enquanto promotora da implementação da Agenda 2030 em todas as suas unidades e atividades, assim como ampliar sua participação crítica e cooperação junto à organismos multilaterais, instituições e instâncias governamentais, articulando competências e capacidades, e provendo recursos para a sua implementação.
9. Ampliar a compreensão dos efeitos da emergência climática sobre a saúde, aprimorar a capacidade de predição e identificação das gêneses sistêmicas das pandemias, e produzir e disseminar análises permanentes acerca das informações dos determinantes socioeconômicos e ambientais da saúde, convertendo-os em estratégias de prevenção e resposta (mitigação e adaptação), com especial foco na redução das iniquidades exacerbadas pela pandemia do COVID-19 e demais fenômenos mencionados.
10. Combater as exclusões e violências sociais, de gênero e raça, dentre outras, e promover o diálogo interdisciplinar e intercultural com os movimentos sociais e organizações comunitárias, especialmente populações vulnerabilizadas como indígenas, quilombolas e outras de matriz africana, camponesas, moradores de periferias urbanas e de favelas, em consonância com o princípio da Agenda 2030 de “Não deixar ninguém para trás”. Neste exercício, respeitar e valorizar conhecimentos, práticas e direitos nas políticas de pesquisa científica e tecnológica, bem como na formação de recursos humanos.